



# RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

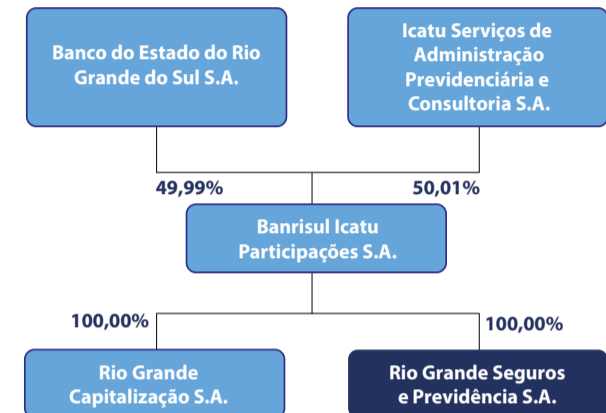
## Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Senhores Acionistas,

#### 1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras (Demonstrações) da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Companhia), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular SUSEP nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias. A Companhia é uma controlada integral da Banrisul Icatu Participações S.A., que por sua vez é controlada pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A., com 50,01% e tem como acionista o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), com 49,99%, como a seguir:



A Companhia tem como objeto a negociação de seguros de vida e previdência, majoritariamente através do canal bancário de vendas do Banrisul.

#### 2. Desempenho nas operações de seguros e previdência complementar aberta

O desempenho das operações, no ano de 2025, pode ser observado a seguir:

##### 2.1. Operação e patrimônio

No ano de 2025 os prêmios ganhos foram de R\$ 757.183 (R\$ 720.858 em 2024), representando um aumento de 5,0% (1,3% em 2024) em relação ao ano anterior. Os sinistros ocorridos foram de R\$ 162.667 (R\$ 150.126 em 2024), que representa uma sinistralidade de 21,5% em 2025 (20,8% em 2024), permanecendo estável. Os custos de aquisição de seguros foram de R\$ 245.412 (R\$ 234.327 em 2024), o que representa um índice de comissionamento de 32,4% em 2025 (32,5% em 2024), também permanecendo estável.

As rendas com taxa de gestão foram de R\$ 40.116 (R\$ 36.510 em 2024), um aumento de 9,9% em 2025. Em 2025, representava 5,3% dos prêmios (5,1% em 2024). A captação líquida (entradas – saídas) na linha de previdência foi negativa e alcançou R\$ 246.730 (captação líquida negativa de R\$ 303.058 em 2024), reduzindo o fluxo de saída em relação ao ano anterior.

A soma dos resultados das operações de seguros e previdência complementar em 2025 alcançou R\$ 339.700 (R\$ 328.336 em 2024), apresentando um aumento de 3,5%.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia atingiu um ativo total de R\$ 7.566.312 (R\$ 6.937.962 em 31 de dezembro de 2024), representando um aumento de 9,1%. O patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2025, atingiu o montante de R\$ 120.160 (R\$ 167.295 em 31 de dezembro de 2024), apresentando uma redução de 5,6%, decorrente, principalmente, do pagamento de dividendos ao longo do ano, que somaram R\$ 163.137.

##### 2.2. Despesas administrativas, resultado financeiro e solvência

Em 2025, as despesas administrativas foram de R\$ 160.712 (R\$ 148.034 em 2024), apresentando um crescimento de 8,6%, sendo 21,2% dos prêmios ganhos (20,5% em 2024).

Em 2025, as receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras, foram de R\$ 50.257 (R\$ 35.424 em 2024), representando um acréscimo de 41,9%. A variação se deu em função, principalmente, do aumento da taxa básica de juros – SELIC – que beneficiou o rendimento das aplicações financeiras da Companhia em comparação com o ano anterior. A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e suas alterações posteriores. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 110.782 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 150.259 em 31 de dezembro de 2024), apresentando um nível de solvência (PLA/CMR) de 131% (174% em 31 de dezembro de 2024).

##### 3. Política de dividendos e destinação do lucro líquido anual

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social.

A distribuição dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	2025	2024
<b>Lucro líquido do ano</b>	<b>115.972</b>	<b>112.975</b>
Dividendos pagos e propostos no exercício	163.137	115.001
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado no exercício	140,67%	101,79%
Destinação à reserva de lucros	34.479	81.644
<b>Dividendos distribuídos que contaram para o mínimo</b>	<b>163.137</b>	<b>115.001</b>
Reserva de lucros	81.644	83.670
<b>Resultado do ano</b>	<b>81.493</b>	<b>31.331</b>

Nas demonstrações dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido é possível verificar os dividendos declarados e pagos durante os anos de 2025 e de 2024, respectivamente.

##### 4. ASG - Ambiental, Social e Governança

A sustentabilidade e o impacto social positivo são elementos centrais no modelo de negócio do econômico ao qual a Companhia faz parte, reforçando nosso propósito de oferecer tranquilidade financeira a mais de 14 milhões de clientes e contribuindo para a estabilidade social e econômica do país.

Em 2025, avançamos em transparência com o lançamento do primeiro Relatório de Sustentabilidade do grupo econômico ao qual a Companhia faz parte e aprimoramos a gestão de riscos ASG. Entre as ações promovidas no ano, destacam-se o workshop de

produtos sustentáveis, iniciativa de capacitação e ideação; a implementação da gestão de resíduos recicláveis; o lançamento do Programa de Voluntariado; e a conclusão do primeiro inventário de emissões de gases de efeito estufa.

Ao longo do ano, o grupo econômico ao qual a Companhia faz parte foi destaque no Prêmio Época NEGÓCIOS 360º 2025 e também foi reconhecido por sua atuação em inovação e tecnologia, conquistando o primeiro lugar no Prêmio GT de Disrupção em Inovação e o segundo lugar no Gartner Eye on Innovation Awards for Insurance. No âmbito setorial, o grupo venceu o Oscar do Seguro, na categoria Seguradora de Capitalização.

O grupo econômico ao qual a Companhia faz parte manteve, ao longo de 2025, o foco na promoção da equidade de gênero. No ano, as mulheres representavam 49,32% (50,07% em 2024) do grupo econômico. Na alta gestão, a participação feminina alcançou 27,87% (29,82% em 2024); na média gestão, 48,32% (48,36% em 2024); e, no nível operacional, 50,07% (51,86% em 2024).

Em 2025 as mulheres representaram 50,28% das admissões, mantendo patamar semelhante ao observado em 2024 (50,14%) para o grupo econômico. Ao analisar a participação feminina por nível hierárquico, observa-se que, na alta gestão, as mulheres totalizaram 100% das novas contratações (0% em 2024); na média gestão, 48,86% (30,77% em 2024); e, no nível operacional, 50,28% (51,20% em 2024).

Em relação especificamente a Companhia, sua operação é suportada por 56 colaboradores, sendo 48% mulheres, incluindo duas lideranças femininas.

##### Distribuição remuneratória total do grupo econômico

Gênero	31/12/2025		31/12/2024		Total
	Salário + Benefício	RV Alvo (Comis. + ICP +ILP)	Salário + Benefício	RV Alvo (Comis. + ICP +ILP)	
Feminino	14.052	2.562	13.417	2.430	15.847
Masculino	17.371	4.080	15.771	3.695	19.466
<b>Total</b>	<b>31.423</b>	<b>6.642</b>	<b>29.188</b>	<b>6.125</b>	<b>35.313</b>

**Nota:** A comparação entre os exercícios apontou variação de -1,95 p.p. na participação feminina na administração e diferença de R\$ 766 nos componentes remuneratórios.

O ano também foi marcado por reconhecimentos relacionados ao ambiente de trabalho. O grupo econômico ao qual a Companhia faz parte conquistou o Prêmio Nacional de Qualidade de Vida (PNQV).

Durante o ano de 2025, a Companhia retornou à sociedade R\$ 137.713 em sinistros pagos (R\$ 126.334 em 2024), R\$ 139.961 pagos por serviços de parceiros terceirizados (R\$ 132.597 em 2024), além de R\$ 163.137 em pagamentos de dividendos (R\$ 115.001 em 2024), R\$ 35.017 em tributos indiretos (R\$ 33.387 em 2024) e R\$ 75.529 (R\$ 73.951 em 2024) em tributos diretos.

##### 5. Auditores independentes

Os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras exigidos pelo órgão regulador para a Companhia, foram prestados pela KPMG Auditores Independentes Ltda até 31 de dezembro de 2024, com honorários anuais contratuais, brutos de tributos, no montante de R\$ 354, em 2024. A partir de 01 de janeiro de 2025, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. passou a ser o novo fornecedor, com honorários anuais contratuais, brutos de tributos, no montante de R\$ 197, em 2025.

##### 6. Agradecimento

A Companhia aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2026.

A Administração.

### Balancos patrimoniais

Exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

ATIVO	31/12/2025		31/12/2024	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>CIRCULANTE</b>	<b>7.417.847</b>	<b>6.828.706</b>	<b>1.320.892</b>	<b>1.345.006</b>
Disponível	7.920	14.715	52.303	48.211
Caixa e bancos	7.920	14.715	Nota 12	38.981
Equivalente de caixa	Nota 5	11.429	5.263	5.193
Aplicações	Nota 5	7.266.667	6.668.804	7.909
Créditos das operações com seguros e resseguros	45.363	42.909	Nota 13	7.682
Prêmios a receber	Nota 6	31.417	28.699	377
Operações com seguradoras	Nota 7	6.813	6.817	398
Operações com resseguradoras	Nota 8	7.133	7.393	46.800
Créditos das operações com previdência complementar	80	85	Prêmios a restituir	25
Valores a receber	80	85	Operações com seguradoras	Nota 14
Outros créditos operacionais	Nota 9	35.765	39.134	5.248
Ativos de resseguro e retrocessão	Nota 10	12.519	10.540	Nota 15
Títulos e créditos a receber	4.647	4.092	Operações com resseguradoras	Nota 15
Títulos e créditos a receber	3.641	3.211	Corretores de seguros e resseguros	Nota 16
Créditos tributários e previdenciários	Nota 11.1	1.006	30.062	31.165
Despesas antecipadas	2	-	<b>Débitos de operações com previdência complementar</b>	<b>705</b>
Custos de aquisição diferidos	33.455	29.527	Débitos de resseguro	499
Seguros	Nota 18	33.420	29.469	206
Previdência	Nota 19	35	58	206
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>148.465</b>	<b>109.256</b>	<b>Depósitos de terceiros</b>	<b>Nota 17</b>
Realizável a longo prazo	148.067	108.861	1.168.777	1.194.521
Aplicações	Nota 5	63.326	41.815	Nota 18
Ativos de resseguro e retrocessão	Nota 10	4.099	4.864	1.168.777
Títulos e créditos a receber	25.351	21.171	Pessoas	166.533
Créditos tributários e previdenciários	Nota 11.2	10.654	7.735	Vida com cobertura por sobrevivência
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 22.4	14.697	13.436	1.002.244
Outros bens e valores	498	770	Provisões técnicas - previdência complementar	Nota 19
Custos de aquisição diferidos	54.793	40.241	49.548	48.674
Seguros	Nota 18	54.762	40.210	Planos não bloqueados
Previdência	Nota 19	31	31	3.086
Imobilizado	179	245	PGBL/PRGP	46.462
Bens móveis	88	110	272	232
Outras imobilizações	91	135	Débitos diversos	272
Intangível	219	150	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>6.125.260</b>
Outros intangíveis	219	150	Provisões técnicas - seguros	Nota 18
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>7.566.312</b>	<b>6.937.962</b>	5.838.655	5.182.142
			Pessoas	189.599
			Vida com cobertura por sobrevivência	5.649.056
			Provisões técnicas - previdência complementar	Nota 19
			271.254	228.974
			Planos não bloqueados	8.585
			PGBL/PRGP	262.669
			222.326	15.121
			Outros débitos	15.121
			Provisões judiciais	Nota 22.2
			15.121	14.042
			Débitos diversos	230
			503	503
			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>120.160</b>
			Capital social	Nota 23.1
			72.188	72.188
			Reservas de lucros	Nota 23.2
			48.917	96.082
			Ajustes de avaliação patrimonial	Nota 23.3
			(945)	(975)
			<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>7.566.312</b>
				<b>6.937.962</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva estatutária			
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2024</b>	<b>72.188</b>	<b>14.438</b>	<b>83.670</b>	<b>(1.004)</b>	<b>-</b>	<b>169.292</b>
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	-	-	-	29	-	29
Distribuição de dividendos intermediários - AGOE 28/03/2024	-	-	(65.000)	-	-	(65.000)
Distribuição de dividendos - AGE 23/09/2024	-	-	(18.670)	-	(31.331)	(50.001)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	112.975	112.975
<b>Destinação do lucro líquido</b>						
Constituição da reserva estatutária	-	-	81.644	-	(81.644)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>72.188</b>	<b>14.438</b>	<b>81.644</b>	<b>(975)</b>	<b>-</b>	<b>167.295</b>
Ajustes com títulos e valores mobiliários - próprios	-	-	-	30	-	30
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	115.972	115.972
<b>Destinação do lucro líquido</b>						
Distribuição de dividendos intermediários - AGOE 28/03/2025	-	-	(81.644)	-	-	(81.644)
Distribuição de dividendos intermediários - AGE 25/08/2025	-	-	-	-	(53.787)	(53.787)
Distribuição de dividendos intermediários - AGE 23/12/2025	-	-	-	-	(27.706)	(27.706)
Constituição da reserva estatutária	-	-	34.479	-	(34.479)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>72.188</b>	<b>14.438</b>	<b>34.479</b>	<b>(945)</b>	<b>-</b>	<b>120.160</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### Demonstração dos resultados para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Prêmios emitidos</b>	<b>811.756</b>	<b>787.271</b>
Contribuições para cobertura de riscos	5.708	5.472
Variação das provisões técnicas de prêmios	(60.281)	(71.885)
<b>Prêmios ganhos</b>	<b>Nota 25 e 26.1</b>	<b>757.183</b>
Sinistros ocorridos	Nota 26.2	(162.667)
Custos de aquisição	Nota 26.3	(245.412)
Outras receitas (despesas) operacionais	Nota 26.4	(30.338)
<b>RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS</b>	<b>318.766</b>	<b>307.181</b>
Receita com resseguro	13.881	19.457
Despesa com resseguro	(16.841)	(15.182)
Outros resultados com resseguro	233	312
<b>RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESEGUROS</b>	<b>Nota 26.5</b>	<b>(2.727)</b>
Rendas de contribuições e prêmios de VGBL	564.317	988.421
Constituição da provisão de benefícios a conceder	(564.145)	(988.230)
<b>Receita de contribuições e prêmios de VGBL</b>	<b>Nota 26.6</b>	<b>172</b>
Rendas com taxas de gestão e outras taxas	40.116	36.510
Variação de outras provisões técnicas	Nota 26.7	(2.900)
Custo de aquisição	(16.410)	(14.771)
Outras receitas (despesas) operacionais	(44)	(30)
<b>RESULTADO COM OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA</b>	<b>20.934</b>	<b>21.155</b>
Despesas administrativas	Nota 26.8	(160.712)
Despesas com tributos	Nota 26.9	(36.042)
Resultado financeiro	Nota 26.10	50.257
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>190.476</b>	<b>185.796</b>
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>	<b>190.476</b>	<b>185.796</b>
Imposto de renda	Nota 27	(45.539)
Contribuição social	Nota 27	(28.965)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>115.972</b>	<b>112.975</b>
Quantidade de ações	2.091	2.091
<b>Lucro líquido do exercício por ação - R\$</b>	<b>55.462</b>	<b>54.029</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras





# RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de reais)		
	31/12/2025	31/12/2024
<b>Atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	115.972	112.975
<b>Ajustes para:</b>		
Depreciação e amortizações	351	343
Despesas de juros	10	2
Custos de aquisição diferidos	(18.480)	(18.844)
Variação das provisões técnicas - seguros	1.645.050	1.762.931
Variação das provisões técnicas - previdência	79.543	55.944
Variação das provisões judiciais	1.598	737
Variação de impostos sobre o lucro	77.569	72.917
<b>Variação nas contas patrimoniais</b>		
Ativos financeiros	(619.324)	(907.966)
Créditos das operações com seguros e resseguros	(2.454)	(1.144)
Créditos das operações com previdência complementar	5	(2)
Ativos de resseguro - provisões técnicas	(1.214)	1.052
Créditos tributários e previdenciários	(125)	(38)
Ativo fiscal diferido	(2.939)	(118)
Depósitos judiciais e fiscais	(1.261)	(718)
Despesas antecipadas	(2)	1
Outros ativos	2.654	(3.881)
Outros valores e bens - direito de uso	272	(560)
Outras contas a pagar	4.320	5.726
Débitos de operações com seguros e resseguros	251	3.864
Débitos de operações com previdência complementar	128	48
Depósitos de terceiros	(3.755)	(1.688)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	(1.014.281)	(871.847)
Provisões técnicas - previdência complementar	(36.389)	(27.399)
Provisões judiciais	(519)	(242)
Passivos de arrendamento	166	921
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>227.146</b>	<b>182.996</b>
Juros pagos	(10)	(4)
Tributos sobre o lucro pagos	(77.796)	(73.809)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>149.340</b>	<b>109.202</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
<b>Pagamento pela compra:</b>		
Intangível	(69)	(59)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(69)</b>	<b>(59)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
<b>Pagamento de dividendos</b>	<b>(163.138)</b>	<b>(115.000)</b>
Pagamento de passivo por arrendamento	(399)	(366)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>(163.537)</b>	<b>(115.366)</b>
<b>Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(14.266)</b>	<b>(6.223)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>33.615</b>	<b>39.838</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>19.349</b>	<b>33.615</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Notas explicativas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto operacional

A Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1.163, 6º andar, Centro, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as Unidades da Federação nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades. Essas demonstrações financeiras (Demonstrações) são individuais e a Rio Grande Seguros e Previdência S.A. é aqui tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo" é usado para tratar o conjunto formado pelo grupo econômico ao qual a Companhia faz parte. Nesse grupo, as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

A Companhia tem como única acionista a Banrisul Icatu Participações S.A., que por sua vez tem como acionistas o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul) e a controladora Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A..

### 2. Base de preparação e divulgação

As Demonstrações foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

A administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo conselho de administração em 24 de fevereiro de 2026.

#### 2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, e ou determinações da SUSEP, exceto quanto aos seguintes itens, que são reconhecidos a valor justo:

- Equivalente de caixa (notas 3.3 e 5);
- Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) (notas 3.4.1.2 e 5.1);
- Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) (notas 3.4.1.3 e 5.2); e
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (Notas 3.14, 18 e 19).

#### 2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

### 3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

#### 3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir:

- Os prêmios de seguros e cosseguros aceitos são contabilizados em resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas de seguros, ou a vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão. São apropriados em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão de Provisão para Prêmio Não Ganho (PPNG) e dos Custos de Aquisição Diferidos. As receitas de prêmios estimados e as correspondentes despesas de comercialização (Custos de Aquisição Diferidos), relativas aos riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas, são reconhecidas com base em estimativas atuariais que levam em consideração a experiência histórica do atraso de emissão.
- As operações de cosseguros aceitos são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres.
- As contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGSL) são reconhecidos como renda de contribuições e prêmios quando ocorre o seu efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida ao resultado do período.
- As rendas com taxa de estruturação e manutenção de planos de previdência e de seguros de pessoas, são calculadas às taxas estabelecidas contratualmente entre as partes e apropriadas ao resultado pelo regime de competência, obedecendo a data de fechamento do patrimônio líquido dos fundos.
- Os sinistros são constituídos pelas indenizações e despesas estimadas a incorrer durante o processo de regulação dos sinistros.

#### 3.2. Balanço patrimonial

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo ou

passivo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base;

- Os títulos e valores mobiliários mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR) estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento;
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas;
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos; e
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

#### 3.3. Caixa e bancos e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

#### 3.4. Instrumentos financeiros

##### 3.4.1. Mensurados e classificação

A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição do CPC 48 - Instrumentos Financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros). O modelo de negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelos instrumentos financeiros com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

##### 3.4.1.1. Custo amortizado

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais. Nesta categoria, o ativo é valorado pela sua taxa de aquisição, independente de qual valor ele está sendo negociado no mercado, exceto por variações do valor recuperável (*impairment*) que são contabilizadas no resultado do período.

##### 3.4.1.2. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais com variações de taxa de mercado designadas para outros resultados abrangentes, e estejam disponíveis para negociação. Devem ser contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício pela sua taxa de aquisição, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável (*impairment*) apresenta variação, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

##### 3.4.1.3. Valor justo por meio do resultado (VJR)

Serão classificados como VJR os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias de custo amortizado ou VJORA. Devem ser medidos pelo valor justo, baseado em mercado, computando-se o ganho ou a perda no resultado do período. Investimentos em ações e derivativos, que não atendem ao critério de fluxos de caixa, somente SPPJ, serão mensuradas nesta categoria

#### 3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

#### 3.6. Arrendamentos mercantis

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica "Ativo de direito de uso", pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida ao "Passivo de arrendamento", segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada pela Icatu considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a um *spread* de risco da Companhia, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um *rating* sintético para a seguradoras, pelas limitações específicas do negócio da Companhia, ficamos com as seguintes alternativas para utilização como *spread* de risco:

- Utilizamos como *rating*, um grau de investimento para a Companhia, para assim, utilizar os *spreads* disponibilizados no site da ANBIMA.
- Utilizamos o *Capital Rate* do imóvel da matriz como *spread*.
- Levamos em consideração as parcelas dos arrendamentos.

A depreciação do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato. Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

#### 3.7. Redução ao valor recuperável

##### 3.7.1. Ativos financeiros

O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Em cada data do balanço, a Companhia deve avaliar se o risco de crédito do instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer essa avaliação, a Companhia deve utilizar a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, e não a alteração no valor de perdas de crédito esperadas. Para fazer essa avaliação, a Companhia deve comparar o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

A Companhia semestralmente avalia a recuperação dos ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve indícios que os ativos financeiros não seriam recuperados.

##### 3.7.1.1. Redução ao valor recuperável de ativos de resseguro

A Redução ao Valor Recuperável de Ativos de Resseguro "RdVR de Resseguro" deve ser constituída para suportar a expectativa de perdas por irreversibilidade de contas de ativo de resseguro, considerando o risco de inadimplência de cada ressegurador (contraparte).

O estudo considera a análise quantitativa, referente às perdas com a não recuperação do sinistro em conjunto com o tempo médio da recuperação, uma análise prospectiva da capacidade de pagamento dos resseguradores e, além disso, quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, assim como eventuais divergências ou litígios à cobertura do contrato de resseguro. No estudo também consta uma análise qualitativa, onde observamos os critérios mínimos de *Rating* para a seleção dos resseguradores, definidos na Política de Transferência de Risco. Em cada data do balanço, a Companhia reavalia o estudo e a metodologia de cálculo.

Em 31 de dezembro de 2025, a provisão de redução ao valor recuperável era R\$ 1.092 (R\$ 1.095 em 31 de dezembro de 2024).

##### 3.7.1.2. Redução ao valor recuperável de prêmios a receber

A redução ao valor recuperável de prêmios a receber (RdVR) deverá ser constituída, preferencialmente, a partir da experiência de perda histórica de agrupamentos de prêmios a receber, exclusivamente para riscos decorridos ou a partir da análise do risco de inadimplência do crédito, nas situações em que esta opção seja mais aderente à operação da Companhia.

Nossa metodologia de cálculo, observa o estudo de taxa (probabilidade) de inadimplência com base na nossa própria experiência histórica de não recebimento de prêmios dos últimos 12 meses. Em cada data do balanço, a Companhia reavalia o estudo e a metodologia de cálculo.

O estudo é realizado por "faixa de *aging*", sob o entendimento de que a probabilidade de inadimplência é diferente e se deteriora na medida em que o atraso no recebimento da fatura é maior.

- Grupo 0: faturas com 30 dias a vencer;
- Grupo 1: faturas vencidas há 60 dias;
- Grupo 2: faturas vencidas entre 60 e 180 dias;
- Grupo 3: faturas vencidas entre 180 e 360 dias, e;
- Grupo 4: faturas vencidas a mais de 360 dias.

No ano de 2025, a partir da análise histórica, estamos aplicando os seguintes percentuais para constituição mensal da RdVR:

	31/12/2025	31/12/2024
Faturas com 30 dias a vencer	1,62%	5,36%
Faturas vencidas há 60 dias	3,21%	13,01%
Faturas vencidas entre 60 e 180 dias	10,61%	72,81%
Faturas vencidas entre 180 e 360 dias	14,83%	78,94%
Faturas vencidas há mais de 360 dias	100,00%	100,00%

Em 31 de dezembro de 2025, a provisão de redução ao valor recuperável era R\$ 46 (R\$ 57 em 31 de dezembro de 2024).

#### 3.7.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, semestralmente.

As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros e não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve indícios que os ativos não financeiros não seriam recuperados.

#### 3.8. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS, ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

##### 3.8.1. IRPJ e CSLL diferidos

O imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

##### 3.8.2. PIS e COFINS diferidos

A Companhia constituiu crédito tributário de PIS e COFINS decorrente da provisão de sinistro a liquidar (PSL) e provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR), que são provisões que serão pagas futuramente.

#### 3.9. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. Com exceção das obrigações legais, o valor das provisões até agosto de 2024 era atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo Tribunal cuja ação encontra-se tramitando. A partir de setembro de 2024, passamos a adotar a atualização pela SELIC, prevista na Lei 14.905/2024.

A Companhia provisiona a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As obrigações legais, independente dos prognósticos existentes, são contabilizadas em sua totalidade, dada a característica de serem questionamentos relativos à legalidade na forma da aplicação de tributos e até que os processos judiciais e/ou administrativos sejam decididos em todas as instâncias, dada a existência da previsão legal, os montantes são considerados líquidos e certos e, portanto, prováveis de ocorrer, sendo contabilizados integralmente. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica "Provisões judiciais", no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

No caso das provisões judiciais cíveis relacionadas a sinistros, quando necessário, o valor da provisão é complementado por meio do IBNER, com base em percentual apurado atuarialmente calculado em estudo específico, baseado no histórico de ações judiciais, de tal forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER fique alinhado com o percentual histórico de perda de sinistros judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estavam contabilizadas na rubrica "Outras contas a pagar - Obrigações fiscais" até 31 de dezembro de 2024, e a partir de 01 de janeiro de 2025 passaram a ser contabilizadas na rubrica "Provisões judiciais", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Para fins de comparabilidade e melhor divulgação nas Demonstrações, reclassificamos os saldos de 31 de dezembro de 2024 para a rubrica de Provisões judiciais.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

#### 3.10. Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos acionistas.

#### 3.11. Classificação de contratos

A Companhia avaliou seus contratos de seguros e verificou não haver a necessidade de tratamento diferenciado a eventuais derivativos embutidos, componentes de depósitos e participações discricionárias existentes em seus contratos dado a imaterialidade ou ao fato de estarem intrinsecamente ligados à operação principal, como determina a norma. Novos contratos, quando do surgimento de novos produtos, são avaliados com o mesmo objetivo. Os contratos de resseguros fazem parte do escopo desta avaliação.

Os contratos de arrendamento estão sendo registrados como relacionados na nota explicativa 3.6.

#### 3.12. Resseguro

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos, a serem pagos a resseguradores, são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas, originados na contratação de resseguro são amortizados durante o período de expiração dos riscos dos contratos.

Os prêmios cedidos de resseguro proporcional são registrados quando da emissão do risco. Os prêmios cedidos de resseguro não proporcional são registrados no início de vigência do contrato de resseguro e ambos são apropriados ao resultado de acordo com as características de deferimento do prêmio de resseguro cedido, observando o tipo de contrato de resseguro em questão e base de cessão.

A Companhia analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro semestralmente como relatado na nota explicativa 3.7.1.1. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Companhia reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período.

#### 3.13. Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição diferidos, em sua maioria atrelados às operações de vida, são constituídos com base nos valores relacionados a comissão, pró-labore e agenciamento referentes à comercialização de apólices/certificados, as quais são reconhecidas de forma linear no resultado conforme o período de vigência contratada, exceto as despesas com agenciamento que são reconhecidas pela vigência da apólice ou em até no máximo 60 meses. De acordo com estudos feitos pela companhia, o prazo médio da amortização dos custos de aquisição que foram diferidos é de, aproximadamente, 26 meses.

#### 3.14. Provisões Técnicas

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e pelo CPC 11 - Contratos de Seguros, e seguem metodologia de cálculo descrita em nota técnica atuarial ou elaborada especificamente para a provisão de acordo com as características dos respectivos planos.





# RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

continuação

No passivo, foram classificadas as provisões técnicas, brutas de resseguro, e no ativo foram registradas as provisões referentes às operações de resseguro. As provisões cujos vencimentos ultrapassem o prazo de doze meses subsequentes às respectivas datas-bases, foram classificadas no ativo ou passivo não circulante.

### 3.14.1. Provisões matemáticas de benefícios a conceder (PMBaC)

As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relativas aos seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência e aos planos de previdência complementar aberta na modalidade de contribuição variável para os produtos Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) e Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento especialmente constituídos para os planos do tipo PGBL e VGBL.

### 3.14.2. Provisões matemáticas de benefícios concedidos (PMBC)

As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, cujo evento gerador tenha ocorrido e sido avisado, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

### 3.14.3. Provisão de sinistros a liquidar (PSL)

A provisão corresponde ao valor total dos sinistros e pecúlios, atualizados monetariamente, líquidos de cosseguros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e cosseguros aceitos, com base nos avisos de sinistros e eventos cadastrados até a data-base das Demonstrações e ainda pendentes de regularização. Para fins de atualização monetária, são utilizados os indexadores do plano para sinistros administrativos e para as ações judiciais, era utilizado, até agosto/2024, a tabela aplicada pelo respectivo tribunal cuja ação encontra-se tramitando e, a partir de setembro/2024, passamos a adotar a atualização pela SELIC, prevista na Lei 14.905/2024.

A baixa da PSL ocorre pelo seu efetivo pagamento ou recusa. É efetuado, ainda, um ajuste na provisão referente a sinistros ocorridos e não suficientemente avisados – (IBNER), que é calculado considerando histórico de reavaliações de estimativas, recusas e outros, e refletido no saldo da PSL a melhor estimativa do valor da liquidação do sinistro. Sendo:

- os ajustes de IBNER administrativa calculado conforme percentual apurado na avaliação da base histórica do valor provisionado para os sinistros administrativos e os valores efetivamente pagos quando os sinistros são encerrados; e
- os ajustes de IBNER judicial calculados conforme percentual de perda histórica dos sinistros judiciais. Com base nesse percentual, o valor de provisão é complementado por meio do IBNER, de forma que o valor provisionado na PSL mais o valor do IBNER, fique alinhado com o percentual esperado de perda de sinistros judiciais apurado.

Os valores de sinistros a recuperar correspondem à parcela do ressegurador nos sinistros, pecúlios e capital necessário para pagamento de rendas, atualizados monetariamente.

### 3.14.4. Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR)

Provisão constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das Demonstrações, sendo que:

- A metodologia de cálculo utiliza experiência própria para definição dos valores de IBNR, utilizando os métodos estatísticos-atuariais conhecidos como triângulos de *run off*, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de avisos de sinistros futuros por período de ocorrência. A metodologia considera sessenta meses para desenvolvimento de sinistros, entretanto, é adicionado um fator de cada calculado com base no histórico de sinistros avisados após sessenta meses desde a sua ocorrência. Os triângulos são revisados, minimamente, semestralmente;
- Uma vez que o IBNR possui relação direta com os sinistros ocorridos, e estes por sua vez são diretamente relacionados aos prêmios ganhos, é apurado o IBNR como um percentual do prêmio ganho dos últimos doze meses, sendo esta proporção utilizada para fins de atualização mensal da provisão;
- A metodologia de cálculo aplicada e explicada no item I também leva em consideração a experiência histórica dos sinistros ocorridos e não avisados, tanto administrativos quanto judiciais. Ao compararmos os resultados dos cálculos que levam em conta o total geral dos sinistros com aqueles cálculos somente dos sinistros administrativos, obtemos o IBNR dos sinistros judiciais. Deste modo, é possível segregar o saldo da provisão conforme a origem do aviso.

### 3.14.5. Provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes emitidos e não emitidos (PPNG e PPNG - RVNE)

A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pelo método *pro rata die*, considerando a parcela de prêmios e contribuições emitidos e diferidos linearmente até o fim de vigência para riscos vigentes emitidos.

A provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE), considera uma parcela estimada para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão dos prêmios. A metodologia utilizada para a provisão PPNG-RVNE baseia-se na análise das estimativas de prêmios apurados pelo comportamento histórico de atraso e sazonalidade das últimas "n" emissões de cada apólice.

Após a definição dos valores de prêmios e contribuições em atraso, é apurado um fator ponderado de PPNG-RVNE com base em médias observadas dos prêmios em atraso vigentes em seus respectivos meses.

Os prêmios a receber de parcelas não vendidas podem ser deduzidos da PPNG através dos direitos creditórios, que representam ativos garantidores baseados na proporção do risco a decorrer, conforme regras da circular SUSEP nº 648/2021.

### 3.14.6. Provisão de excedente financeiro (PEF)

A provisão corresponde a um percentual aplicado sobre o valor dos rendimentos que exceda a rentabilidade mínima dos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta.

### 3.14.7. Provisão de resgates e/ou outros valores a regularizar (PVR)

A provisão corresponde aos valores referentes aos resgates, às devoluções de contribuições e de prêmios a serem regularizados e às portabilidades solicitadas nos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que, por qualquer motivo, ainda não foram transferidas para a entidade e seguradora receptora. Há também as contribuições e prêmios recebidos e não cotizados até a data-base das demonstrações financeiras, além das rendas vendidas e ainda não pagas.

### 3.14.8. Provisão de despesas relacionadas (PDR/PDC)

A provisão de despesas relacionadas a produtos estruturados em regime financeiro de capitalização ou repartição de capitais por cobertura (PDC) ou provisão de despesas relacionadas a produtos estruturados em regime financeiro de repartição simples (PDR) correspondem aos valores esperados com despesas marginais relacionadas a sinistros e benefícios. A metodologia utiliza como base a parte do percentual contratual referente a prestação de serviços firmado entre as Companhias do grupo econômico em que a Companhia está inserida, referente aos custos com sinistros e benefícios.

### 3.14.9. Provisão de excedente técnico (PET)

Provisão constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico, conforme previsto em regulamento ou contrato. A provisão é calculada mensalmente com base na apuração do resultado e estimativas para cada apólice ou certificado que possua a cláusula de excedente técnico.

### 3.14.10. Provisão complementar de cobertura (PCC)

Provisão constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no teste de adequação de passivos (TAP), detalhada na nota 3.15.

### 3.15. Teste de adequação dos passivos (TAP)

A adequação dos passivos de seguros e previdência, registrados contabilmente é avaliada através de um teste visando determinar se os passivos registrados estão adequados em relação à melhor estimativa dos desembolsos líquidos de caixa projetados, decorrentes de contratos de seguros e previdência emitidos pela Companhia. Esse teste é realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutas de resseguro.

Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, brutos de resseguro, utilizando premissas atuariais atuais de todos os contratos e certificados dos planos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribuições futuras. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor da estimativa corrente dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base. Quando aplicável, deficiências encontradas no teste são contabilizadas na PCC.

Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste, somente até a data da renovação desses contratos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa de juros livre de risco, definida pela SUSEP (Estrutura a Termo da Taxa de Juros - ETTJ).

Para os contratos de previdência, como estimativa de sobrevivência, foram utilizadas as tábuas de mortalidade BR-EMSb-V.2021. Foram consideradas saídas por cancelamento e índice de conversibilidade em renda, com base no histórico dos planos observado o período máximo de cinco anos. As rendas foram assumidas como vitalícias.

Os principais planos da carteira em questão possuíam 0% de juros, 0% de carregamento, e estão atrelados às tábuas BR-EMS e AT2000 em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2025.

Como despesas de manutenção, foram consideradas as diretamente relacionadas com a operação, diferenciadas pela fase de diferimento ou de recebimento do benefício.

Para as apólices de vida, foram utilizados como receita a projeção mensal de prêmios, considerando os riscos vigentes na data base. Não foram considerados novos contratos nem a possibilidade de renovação das apólices. Já como despesas foram considerados os sinistros, as despesas administrativas relacionadas aos riscos vigentes, as despesas relacionadas a sinistro e comissão. Para a estimativa de sinistralidade foi considerada a tábua de mortalidade BR-EMSmt-V.2021 para a cobertura de morte e as tábuas de experiência própria da seguradora para as demais coberturas da carteira. Para as apólices globais, foram consideradas os seguintes percentuais de sinistralidade:

Agrupamento	Sinistralidade	
	31/12/2025	31/12/2024
Vida em Grupo	17,54%	17,74%
Prestamista	26,78%	25,26%
Acidentados Pessoais	6,63%	5,88%

As curvas de aviso e de pagamentos de sinistros, o percentual de reenquadramento dos prêmios, o percentual de comissão, as despesas administrativas e as relacionadas a sinistro foram apuradas com base no histórico dos planos observado o período máximo de cinco anos.

Para a projeção do fluxo de resseguro, aplicam-se percentuais por ramo sobre o fluxo de prêmios emitidos de forma direta. O percentual foi apurado com base no histórico dos últimos 12 meses de repasse de prêmio, a fim de refletir a experiência mais próxima dos contratos vigentes na companhia. Em relação ao sinistro, os percentuais também são aplicados por ramo, apurados conforme observação dos últimos cinco anos, sobre o fluxo de sinistros direto. Ainda, sobre o volume de sinistros ressegurados pagos é considerado que em média as recuperações ocorrem 10 meses após a liquidação do sinistro junto ao segurado, conforme histórico de recuperações da companhia.

O resultado mensal dos fluxos de caixa foi trazido a valor presente pela curva de juros (ETTJ) correspondente ao indexador de cada plano, divulgada pela SUSEP na data-base do cálculo.

### 3.15.1. Segmentação para reconhecimento da PCC

Para atender à definição de segmentação dos contratos de seguro e resseguros com critério para alocação no reconhecimento da PCC, levou-se em consideração as características de risco similares e a administração conjunta destes contratos. A seguir apresentamos a segmentação dos produtos:

- Benefícios concedidos;
- PGBL/VGBL;
- Seguros de pessoas coletivo, individual e risco de previdência.

### 3.15.2. Efeito das taxas de juros no TAP

A Circular SUSEP nº 678/22 introduziu significativas mudanças na contabilização da PCC, especialmente em decorrência da mudança na taxa de juros. Em resposta aos novos requisitos impostos pelo normativo, procedeu-se à adaptação dos processos e das políticas contábeis relacionados. Portanto, a Companhia optou por contabilizar a contrapartida de alterações na PCC, decorrentes de variações na estrutura a termo da taxa de juros, em outros resultados abrangentes (ORA) no patrimônio líquido, conforme estudo técnico detalhado no qual fundamenta essa decisão e a metodologia adotada. Vale ressaltar que demais alterações terão a contrapartida reconhecida no resultado do exercício.

### 3.15.3. Resultado do cálculo do TAP

Na Companhia, o resultado do TAP em 31 de dezembro de 2025 não apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro. Ou seja, o resultado do teste foi negativo, o qual não gerou a necessidade de constituição de PCC.

### 3.16. Estimativas contábeis

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: valor recuperável dos instrumentos financeiros que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários, teste de adequação de passivos (TAP) dos passivos de seguros, cálculo das provisões técnicas de seguros, valor das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Mesmo assim, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

### 3.17. Novas normas ainda não adotadas

Os pronunciamentos contábeis a seguir serão adotados em períodos posteriores a data destas Demonstrações:

#### 3.17.1. Decreto-Lei nº 12.499/2025 - Incidência de IOF

O Decreto nº 12.499/2025 atualizou as regras sobre a incidência de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) em planos VGBL. A principais mudanças foram:

- O IOF de 5% incidirá apenas sobre aportes que, no acumulado de 11/06/2025 até 31/12/2025, ultrapassem R\$ 300 mil por CPF, em uma mesma seguradora; exceto aqueles realizados entre 11/06/2025 e 16/07/2025, que não terão incidência de IOF, mas entrarão na conta do limite anual.
- A partir de 01/01/2026, o IOF de 5% incidirá sobre aportes que ultrapassem R\$ 600 mil por ano, considerando a somatória dos valores aportados em todos os planos de um mesmo CPF, ainda que em seguradoras distintas.
- A alíquota de 5% incide apenas sobre o valor que ultrapassar os limites estabelecidos, e não sobre o total aportado.

A Companhia colocou em produção a primeira fase de adequações sistêmicas visando atender o prazo legal e agora segue implementando melhorias até que tenha um processo robusto adaptado, previsto para o fim de 2026.

#### 3.17.2. IFRS 17/ CPC 50 – Contratos de seguros

O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.

O CPC 50 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e será aplicável quando referendado pela SUSEP.

#### 3.17.3. IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação das Demonstrações Financeiras

O CPC 51 (convergente ao IFRS 18), que substituirá o CPC 26 (R1), introduz nova estrutura de apresentação das demonstrações financeiras, com maior padronização e transparência. As principais mudanças envolvem a definição de subtotais obrigatórios de desempenho, incluindo o lucro operacional, além de novos critérios de agregação e desagregação de receitas e despesas. Embora não se espere impacto material no lucro líquido, poderão ocorrer alterações na forma de apresentação do resultado operacional. A norma requer que medidas de desempenho utilizadas pela administração e não previstas nos pronunciamentos contábeis sejam divulgadas como medidas de desempenho gerenciais, acompanhadas de reconciliações e critérios de mensuração. Determina também a apresentação separada do ágio e de outros intangíveis com vida útil indefinida no balanço patrimonial. Na demonstração dos fluxos de caixa, juros pagos e recebidos passarão a ser classificados como fluxos de financiamento e investimento, respectivamente.

O CPC 51 é aplicável a partir de 01 de janeiro de 2027, exigindo a reapresentação das informações comparativas de 31 de dezembro de 2026. A Companhia está conduzindo os estudos necessários para adequação plena aos novos requisitos e será aplicável quando referendado pela SUSEP.

#### 3.17.4. Reforma tributária sobre o consumo

Emenda Constitucional nº 132, promulgada em 20 de dezembro de 2023, estabelece os fundamentos da reforma tributária, que unificará, a partir de 2033, cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS) em duas novas cobranças: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Em 16 de janeiro de 2025, o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 foi sancionado, convertendo-se na Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta grande parte da reforma. O PLP nº 108/2024, que trata do Comitê Gestor do IBS e da repartição da arrecadação do imposto, já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e aguarda apreciação do Senado.

A partir de janeiro de 2026, terá início o período de testes e adaptação da Reforma Tributária, com a implementação gradual da CBS e do IBS, conforme cronograma vigente até 2033. Em 2026, os esforços se concentrarão na aplicação das alíquotas simbólicas (0,9% para CBS e 0,1% para IBS), na adequação dos sistemas internos às plataformas disponibilizadas pelo Comitê Gestor e em um modelo de fiscalização predominantemente orientativo.

A Companhia iniciou, em 2024, um projeto de acompanhamento da evolução da reforma e de seus impactos operacionais, com foco na adequação progressiva aos dispositivos a serem regulamentados pela Receita Federal, pelos Estados, pelos Municípios e pelo Comitê Gestor. A Companhia segue, sem atrasos, com o projeto interno de adequação de seus sistemas e processos à reforma tributária, visando o atendimento à lei.

### 3.17.5. IFRS 9 (CPC 48) / IFRS 7 (CPC 40 - R1) – Instrumentos Financeiros

O IASB publicou alterações na IFRS 9 – Financial Instruments (CPC 48) e na IFRS 7 – Financial Instruments: Disclosures (CPC 40 – R1) em maio de 2024, envolvendo novos critérios de divulgação, ajustes na classificação de ativos financeiros e mudanças relacionadas ao desconhecimento de passivos financeiros. Essas alterações possuem vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, estando sua adoção no Brasil condicionada à regulamentação pelos órgãos competentes.

### 3.17.6. IFRS S1 / CBPS 01 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 / CBPS 02 - Divulgações Relacionadas ao Clima

O Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), em setembro de 2024, aprovou os pronunciamentos CBPS 01 e CBPS 02 que tratam da divulgação de informações relacionadas a riscos e oportunidades associados à sustentabilidade e às mudanças climáticas. Posteriormente, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) editou as NBC TDS 01 e NBC TDS 02, estabelecendo sua aplicação para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Contudo, tais normas ainda não foram objeto de referendo pela SUSEP.

### 3.17.7. Resolução CNSP nº 471/24 - Autoavaliação de Risco e Solvência - ORSA e a Gestão de Capital

Em setembro de 2024, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) editou a Resolução CNSP nº 471/2024, que estabelece a obrigatoriedade de implementação do processo de Autoavaliação de Riscos e Solvência (ORSA) para as entidades supervisionadas pela SUSEP, fixando para as sociedades enquadradas no segmento S2 o prazo de adequação até dezembro de 2026.

O processo de ORSA envolve a revisão e o aprimoramento dos modelos internos de gestão de riscos já existentes, o desenvolvimento de metodologias aplicáveis a riscos adicionais, a atualização dos normativos internos e a integração das avaliações de risco ao planejamento estratégico, ao plano de negócios e ao plano de capital da Companhia. Adicionalmente, o escopo compreende a elaboração do relatório de ORSA e a realização dos procedimentos de validação correspondentes.

A Companhia já definiu as responsabilidades internas relacionadas ao tema e estruturou os respectivos planos de ação necessários para atendimento às exigências regulatórias, encontrando-se em fase de início de implementação das atividades previstas.

### 3.17.8. Lei nº 15.270/2025 – Tributação de dividendos

A partir de 1º de janeiro de 2026, dividendos superiores a R\$ 50 mil mensais por pessoa física (da mesma fonte pagadora) terão retenção de 10% de Imposto de Renda na fonte, conforme a Lei nº 15.270/2025. A isenção permanece para lucros, cujas atas de distribuição sejam registradas até 31 de dezembro de 2025, prorrogada por liminar concedida pelo STF até 31/01/2026.

Não haverá retenção para lucros e dividendos relativos a resultados apurados até o ano-calendário de 2025 cuja distribuição tenha sido aprovada até 31 de dezembro de 2025.

A Companhia avaliou seu fluxo de caixa e antecipou o pagamento de dividendos ainda no ano calendário 2025.

### 3.18. Compartilhamento de serviços

A Companhia tem um acordo operacional de prestação de serviços compartilhados com a Icatu Assessoria S.A., incorporada pela Icatu Administração de Serviços Previdenciários e Consultoria S.A em 31 de dezembro de 2024, onde atividades operacionais e administrativas são prestadas para a Companhia pelo Grupo Icatu, cobrado mensalmente, e o pagamento realizado no mês subsequente. Essa operação está refletida na rubrica de “Serviços de terceiros” dentro do grupo de “Despesas administrativas”, onde essa despesa é alocada. Se trata de uma estratégia de compartilhamento de custos do grupo.

### 4. Gestão de riscos

A Companhia possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa. Ao realizar uma gestão unificada, a empresa consegue obter diversos benefícios, como sinergia entre diferentes áreas, padronização de processos e práticas, além de uma visão abrangente dos riscos. Essa abordagem integrada permite uma melhor identificação, avaliação e mitigação dos riscos, garantindo maior eficiência operacional e segurança financeira. A gestão unificada de riscos também facilita a comunicação interna e a tomada de decisões estratégicas, contribuindo para a sustentabilidade e o crescimento contínuo da Companhia.

A estrutura de gestão de riscos da Companhia, conforme definição dada pela Resolução CNSP 416, de 20 de julho de 2021, e suas alterações posteriores, tem como objetivo principal garantir que a busca por objetivos de negócio da entidade esteja dentro dos limites acordados pelo conselho de administração.

Para executar sua função, a Companhia nomeia o gestor responsável pelos controles internos, que atua como figura central em todo o processo de gestão de riscos. O gestor é responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, além de emitir relatórios para análise do comitê de risco, do comitê de auditoria da diretoria e do conselho de administração, conforme atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

As atividades do gestor são organizadas em ciclos de gestão de riscos, que incluem as seguintes etapas: (i) identificação; (ii) mensuração; (iii) manutenção; (iv) tratamento de riscos; e (v) monitoramento. As análises e mapeamentos realizados são consolidados no perfil de riscos corporativos. Para tratar os itens mapeados no perfil de riscos, a Companhia adota o sistema de controles internos composto por processos, procedimentos e unidades operacionais responsáveis pela mitigação desses riscos.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas das companhias do grupo econômico ao qual a Companhia faz parte estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

**Corpo Administrativo:** composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo.

**Gestão:** composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira, segunda e terceira linhas, conforme melhor explicado abaixo:

- As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços do grupo econômico o qual a Companhia faz parte, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos;
- A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos da Companhia. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas da Companhia;
- A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com a sua probabilidade e seu potencial de impacto, considerando a maturidade dos controles já implementados. O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. O apetite a risco define quanto e quais as perdas a Companhia está disposta a assumir na busca por seus objetivos estratégicos, permitindo o alinhamento entre as exposições financeiras a riscos das diversas áreas de negócio com o apetite global da entidade e aos apetites específicos, formalizados pela Companhia.

O apetite a risco global e os apetites por categorias são descritos de forma quantitativa e qualitativa, sendo formalizados na declaração de apetite de riscos.

Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos estão formalizadas na política de gestão de riscos, que é revisada e aprovada anualmente pelo conselho de administração.

Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do grupo econômico o qual a Companhia faz parte, garantindo consistência nos processos, metodologias e ferramentas utilizadas, além de assegurar a comparabilidade entre as diferentes áreas e unidades de negócio.

#### 4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

##### 4.1.1. Principais riscos associados

##### 4.1.1.1. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de não cumprimento, pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradoras), das suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para a Companhia. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Os ratings em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos da Companhia, são considerados aqueles atribuídos somente pelas agências *Fitch*, *S&P* e *Moody*'s. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, será utilizado o rating da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizado a do emissor, se disponível.

continua





# RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

O monitoramento do risco de crédito é realizado por meio de uma análise de probabilidade default (PD), duração do ativo e taxa de recuperação (LGD), que estima a exposição ao default, refletindo o risco da carteira.

#### 4.1.1.1. Principais riscos associados aos investimentos

A análise de crédito é realizada, principalmente, através de rating atribuído por agências externas de classificação de riscos. Em 31 de dezembro de 2025, R\$ 349.908, correspondentes a 89,30% (R\$ 350.115 correspondentes a 87,12% em 31 de dezembro de 2024) das aplicações financeiras nestas datas (exceto fundos previdenciários), estão alocadas em títulos emitidos pelo tesouro nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 40.657 (R\$ 50.654 em 31 de dezembro de 2024).

Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de crédito é do participante do plano. O volume dessas aplicações em fundos exclusivos é de R\$ 6.949.590 (R\$ 6.327.647 em 31 de dezembro de 2024).

Quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizam R\$ 1.267 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.103 em 31 de dezembro de 2024). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitos a suas respectivas políticas de investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não há exposição a créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

#### 4.1.1.2 Principais riscos associados ao resseguro

A colocação de contratos de resseguro, automáticos e/ou facultativos devem estar em conformidade com as determinações e apetite a risco da Companhia, bem como com a legislação em vigor, e em posição de obter as melhores condições comerciais, promovendo ganhos de escala e possibilitando a manutenção e gerenciamento dos contratos de forma estratégica, ética e profissional, mantendo os níveis adequados de exigência, transparência e zelo com relação aos critérios estabelecidos na política de transferência de resseguros.

Vale observar, ainda, que a Companhia possui estudo específico sobre a redução ao valor recuperar – RdVR de contratos de resseguro, reforçando ainda mais o controle ao risco de crédito, conforme nota 3.7.1.1.

O principal contrato de resseguro da Companhia é automático e não proporcional, estruturado na modalidade de excesso de danos, relacionado a carteira de seguro de pessoas coletivo e individual, bem como a produtos de risco de previdência.

No quadro abaixo é demonstrada a exposição da Companhia ao risco de crédito em operações de resseguro em 31 de dezembro de 2025:

Tipo	Rating	31/12/2025		31/12/2024	
		Exposi-ção (R\$)	Exposi-ção (%)	Exposi-ção (R\$)	Exposi-ção (%)
Ressegurador					
Admitida	AA- pela Standard & Poor's	3.903	16,43%	4.662	20,45%
Eventual	A+ pela Standard & Poor's	9	0,04%	10	0,04%
Eventual	AA- pela Standard & Poor's	124	0,52%	339	1,49%
Local	AA- pela Standard & Poor's	3.964	16,69%	1.078	4,73%
Local	A+ pela A. M. Best Company	3.370	14,19%	5.497	24,11%
Local	A- pela A. M. Best Company	12.381	52,13%	11.210	49,18%
<b>Total</b>		<b>23.751</b>	<b>100,00%</b>	<b>22.796</b>	<b>100,00%</b>

#### 4.1.1.2. Risco de mercado

O risco de mercado decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e preço de ações, que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar de forma severa a solvência das empresas supervisionadas.

Para os fundos de investimentos atrelados aos planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de mercado é do participante do plano.

O controle de risco de mercado é baseado no modelo Value At Risk (VaR), que busca estimar a perda máxima esperada em um dado horizonte de tempo com certo grau de confiança.

A Companhia realiza análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatilidade, considerando mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é adotada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e é revista anualmente.

Este indicador representa se a condição da exposição ao risco de mercado está dentro do limite de 0,5%, que é o choque mínimo que a empresa espera suportar. O monitoramento considera se o choque máximo suportado pela empresa, que é dado pela diferença entre a taxa de suporte e a taxa do ativo no período, é capaz cobrir este choque mínimo.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

(I) O VaR paramétrico: assume uma distribuição normal para os retornos, tendo como horizonte de tempo 1 (um) mês e como grau de confiança 95%. Os dados utilizados para apuração são os retornos mensais desde junho de 2016, sendo que o método para medir a volatilidade dos retornos é o de médias móveis exponencialmente ponderadas (EWMA), com fator de decaimento de 0,95;

(II) DV01 (dólar-value for one basis-point): medida de sensibilidade para variação do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) basis-point (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas as informações de VaR e DV01, para a Companhia:

Fatores de Risco	31/12/2025				31/12/2024			
	DV-01	EWMA	VAR	Exposição	DV-01	EWMA	VAR	Exposição
Pré-fixado - DI	-	0,95	-	6	-	0,95	-	-
Taxa referencial	-	0,95	-	-	-	0,95	-	-
IGPM	(25)	0,95	152	7.112	(3)	0,95	161	7.927
IPCA	(109)	0,95	585	56.151	(7)	0,95	454	34.088
Ações	-	0,95	-	-	-	0,95	-	-

#### 4.1.1.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de as empresas não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrarem os pagamentos de benefícios, sinistros e demais obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação no mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado.

Uma abordagem para risco de liquidez considera os fluxos de caixa esperados dos títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira. A divisão do somatório destes fluxos, denominados como fluxos dos investimentos, pelo somatório do valor dos benefícios e sinistros líquidos das contribuições e prêmio, fluxos de receitas e despesas operacionais, além de outras obrigações, denominados como fluxos operacionais, pode ser chamada de Índice de Liquidez (IL).

Assim, um IL superior a 1 (um) indica que a empresa possui liquidez suficiente para arcar com seus compromissos futuros no horizonte de análise. O monitoramento do risco de liquidez considera o menor indicador no horizonte de 6 (seis) meses, avaliando o percentual de ativos líquidos em relação às obrigações.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros, de seguros e de previdência detidos pela Companhia:

Ativos e passivos	31/12/2025			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	7.920	-	-	7.920
Equivalente de caixa	11.429	-	-	11.429
Aplicações financeiras	1.033.957	1.643.028	4.653.008	7.329.993
<b>Crédito das operações de seguros e previdência</b>	<b>81.208</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>81.208</b>
Ativos de resseguro - provisões técnicas	12.519	1.210	2.889	16.618
Títulos e créditos a receber	4.647	25.351	-	29.998
<b>Total de ativos</b>	<b>1.151.680</b>	<b>1.669.589</b>	<b>4.655.897</b>	<b>7.477.166</b>
Contas a pagar	52.303	-	-	52.303
Provisões técnicas	1.218.325	1.265.279	4.844.630	7.328.234
Débito das operações	47.505	-	-	47.505
Dépósitos de terceiros	2.487	-	-	2.487
<b>Total de passivos</b>	<b>1.320.620</b>	<b>1.265.279</b>	<b>4.844.630</b>	<b>7.430.529</b>

Ativos e passivos	31/12/2024			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	14.715	-	-	14.715
Equivalente de caixa	18.900	-	-	18.900
Aplicações financeiras	1.117.738	929.616	4.663.265	6.710.619
<b>Crédito das operações de seguros e previdência</b>	<b>82.128</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>82.128</b>
Ativos de resseguro - provisões técnicas	10.540	2.167	2.697	15.404
Títulos e créditos a receber	4.092	21.171	-	25.263
<b>Total de ativos</b>	<b>1.248.113</b>	<b>952.954</b>	<b>4.665.962</b>	<b>6.867.029</b>
Contas a pagar	48.211	-	-	48.211
Provisões técnicas	1.243.195	1.308.611	4.102.505	6.654.311
Débito das operações	47.126	-	-	47.126
Dépósitos de terceiros	6.242	-	-	6.242
<b>Total de passivos</b>	<b>1.344.774</b>	<b>1.308.611</b>	<b>4.102.505</b>	<b>6.755.890</b>

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem rápida ou imediata liquidez e podem ser resgatados para fazer face às obrigações, mitigando o risco de liquidez da Companhia. Os títulos mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR) são reconhecidos no ativo circulante devido à ausência de vencimento definido conforme mencionado na nota 3.2.

#### 4.1.1.4 Risco operacional

O risco operacional resulta de falhas, deficiências ou inadequações nos processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos internos/externos, incluindo riscos legal, de compliance e cibernéticos, excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.

A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos do grupo econômico o qual a Companhia faz parte, focando na identificação, avaliação e resposta aos riscos, que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação são controlados e gerenciados pela área gestão de riscos operacionais e controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados à diretoria e, se necessário, ao conselho de administração.

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializaram ou podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas na Companhia e a identificação das causas e controles que possam mitigar a ocorrência de eventos semelhantes.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada continuamente pela área jurídica da Companhia, que analisa contratos corporativos, avalia demandas internas, participa da formação de novos produtos a serem lançados e fornecer subsídios para os processos judiciais da Companhia.

Para os riscos de compliance, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia possui uma estrutura de compliance responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que todos os processos estejam de acordo com os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

#### 4.1.1.5 Risco de subscrição

O risco de subscrição consiste na aceitação dos riscos cujos critérios estejam alinhados com as determinações e o apetite ao risco da Companhia no desenvolvimento de cada produto.

A área de subscrição de riscos da companhia tem como objetivo examinar cuidadosamente todas as propostas de seguros, bem como, durante o processo de precificação, considerar as características e particularidades dos grupos segurados.

Para reduzir a exposição ao risco de subscrição, a Companhia diversifica sua carteira através de uma análise criteriosa de aceitação do risco, aplicando as regras determinadas pela administração da Companhia e formalizadas na política de subscrição de riscos e de transferência de riscos. Tais regras são desenvolvidas e definidas com base nas análises atuariais e econômicas capazes de determinar a aceitação ou não das propostas. Além da diversificação dos riscos, outras medidas de mitigação são implementadas como por exemplo a contratação de resseguro, reavaliações periódicas de suas metodologias com premissas realistas e atualizadas que garantem a cobertura dos compromissos assumidos.

Controlando o risco de subscrição com as políticas, regras e diretrizes existentes, a Companhia visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de minimizar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis.

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o risco de subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como a concentração de riscos por tipo e localização e estratégias de transferência de risco.

A Companhia subscreve seguros listados na tabela a seguir, considerando fatores técnicos de risco. Para fins de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a política de subscrição e procedimentos operacionais para avaliação de riscos.

De forma a cumprir os critérios e diretrizes aprovadas, é feita uma conferência e validação das informações de preço antes da emissão. Vale ressaltar que nesse procedimento está contemplada a aprovação de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas.

Como parte do seu programa de controle de riscos, a Companhia cede riscos por meio de contratos de resseguro com o objetivo de limitar sua retenção e consequentemente suas perdas potenciais, sempre de acordo com a política de resseguro e com as diretrizes acordadas com a diretoria. Cabe ressaltar, ainda, que para o caso de eventos catastróficos, a Companhia possui contratos de resseguro específicos.

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 31/12/2025		
Ramo/região geográfica	Sul	Total
Vida em grupo	311.872	311.872
Prestamista	294.180	294.180
Acidentes pessoais	104.482	104.482
Habitacional	27.531	27.531
Outros	19.118	19.118
<b>Total seguros</b>	<b>757.183</b>	<b>757.183</b>
Previdência	564.317	564.317
<b>Total previdência</b>	<b>564.317</b>	<b>564.317</b>

Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 31/12/2024		
Ramo/região geográfica	Sul	Total
Vida em grupo	292.480	292.480
Prestamista	289.958	289.958
Acidentes pessoais	92.167	92.167
Habitacional	27.197	27.197
Outros	19.056	19.056
<b>Total seguros</b>	<b>720.858</b>	<b>720.858</b>
Previdência	988.421	988.421
<b>Total previdência</b>	<b>988.421</b>	<b>988.421</b>

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31/12/2025		
Ramo/região geográfica	Sul	Total
Vida em grupo	307.414	307.414
Prestamista	289.878	289.878
Acidentes pessoais	103.842	103.842
Habitacional	20.790	20.790
Outros	18.418	18.418
<b>Total seguros</b>	<b>740.342</b>	<b>740.342</b>
Previdência	564.317	564.317
<b>Total previdência</b>	<b>564.317</b>	<b>564.317</b>

Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31/12/2024		
Ramo/região geográfica	Sul	Total
Vida em grupo	288.935	288.935
Prestamista	285.758	285.758
Acidentes pessoais	91.680	91.680
Habitacional	20.799	20.799
Outros	18.504	18.504
<b>Total seguros</b>	<b>705.676</b>	<b>705.676</b>
Previdência	988.421	988.421
<b>Total previdência</b>	<b>988.421</b>	<b>988.421</b>

#### 4.1.1.6 Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que a Companhia mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam

afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos estratégicos da Companhia e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

#### 4.1.1.7 Riscos estratégicos

Os riscos estratégicos fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenado pelas áreas que compõe a segunda linha. Baseado nas metas estratégicas da Companhia, a área de gestão de risco correlaciona as metas com os riscos materiais apontados pelas equipes de gestão, dessa forma, indicando quais medidas/ações/projetos são relevantes para o atendimento do planejamento estratégico. Ademais, esse mapeamento é avaliado e tratado no intuito de ser reportado aos altos níveis de administração da empresa para conferência e acompanhamento dos resultados.

#### 5. Aplicações financeiras

A composição dos instrumentos financeiros da Companhia é apresentada a seguir, para as datas-bases de 31 de dezembro de 2025 e de dezembro de 2024, com a abertura por tempo de vencimento, onde a totalidade dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e os ativos sem vencimento ou com vencimento até doze meses das outras duas categorias, estão no circulante. Os demais instrumentos financeiros, com vencimento após doze meses, encontram-se no ativo não circulante. Os equivalentes de caixa estão em rubrica separada, categorizados conforme detalhado anteriormente.

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos e demonstradas nos extratos dos custodiantes, nas datas apontadas.

A composição da carteira de ativos financeiros mantidos pela Companhia contempla os ativos financeiros classificados como equivalentes de caixa, que são aqueles que lastreiam os fundos exclusivos e que possuem vencimento de até 90 dias, e com insignificante risco de mudança de valor: R\$ 11.429 (R\$ 18.900 em 31 de dezembro de 2024).

O valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 63.326 (R\$ 43.440 em 31 de dezembro de 2024). Dessa forma, os ganhos não realizados, registrados como ajustes de avaliação patrimonial, representam R\$ 1.576, brutos de tributos e R\$ 946 líquidos de tributos (ganho de R\$ 1.625, brutos de tributos e R\$ 975, líquidos de tributos, em 31 de dezembro de 2024). A seguir, a abertura da carteira por categoria de mensuração:

Categoria	31/12/2025	31/12/2024
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA	63.326	41.815
Valor justo por meio do resultado - VJR	7.278.096	6.687.704
<b>Total</b>	<b>7.341.422</b>	<b>6.729.519</b>

Circulante	7.278.096	6.687.704
Equivalentes de caixa	11.429	18.900
Aplicações financeiras	7.266.667	6.668.804
Não circulante	63.326	41.815
Aplicações financeiras	63.326	41.815

#### 5.1 Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) que representa 0,86% da carteira em 31 de dezembro de 2025 (0,62% em 31 de dezembro de 2024):

Quotas de fundos de investimento - exclusivos	31/12/2025		
	Taxas contratadas	Valor contábil/ justo	Valor de curva
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 6,11%	56.200	57.284
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	IGPM + 6,12%	7.126	7.618
<b>Total</b>		<b>63.326</b>	<b>64.902</b>
Circulante		-	-
Não circulante		63.326	64.902

Quotas de fundos de investimento - exclusivos	31/12/2024		
	Taxas contratadas	Valor contábil/ justo	Valor de curva
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	IPCA + 6,11%	34.123	35.509
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	IGPM + 6,12%	7.692	7.931
<b>Total</b>		<b>41.815</b>	<b>43.440</b>
Circulante		-	-
Não circulante		41.815	43.440

A seguir, apresentamos as faixas de vencimentos destes ativos:

Vencimento em até cinco anos	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil/ justo	Valor de curva	Valor contábil/ justo	Valor de curva
Vencimento acima de cinco anos	56.			





# RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

continuação

## 5.3. Movimentação das aplicações financeiras

A seguir, as movimentações das aplicações financeiras por categoria de mensuração:

	VJR	VJORA	Total
<b>Saldo em 01º de janeiro de 2024</b>	<b>5.752.196</b>	<b>83.035</b>	<b>5.835.231</b>
(+) Aplicações	1.976.742	42.587	2.019.329
(-) Resgates	(1.627.735)	(90.126)	(1.717.861)
(+) Rendimentos	586.501	6.271	592.772
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	48	48
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>6.687.704</b>	<b>41.815</b>	<b>6.729.519</b>
(+) Aplicações	1.369.133	20.039	1.389.172
(-) Resgates	(1.695.896)	(3.461)	(1.699.357)
(+) Rendimentos	917.155	4.883	922.038
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	50	50
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>7.278.096</b>	<b>63.326</b>	<b>7.341.422</b>

## 5.4. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como custo amortizado, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** inputs de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) para o ativo ou passivo.
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	31/12/2025		
	Nível 1	Nível 2	Total
<b>VJORA</b>	<b>63.326</b>	<b>-</b>	<b>63.326</b>
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	63.326	-	63.326
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	56.200	-	56.200
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	7.126	-	7.126
<b>VJR</b>	<b>5.059.513</b>	<b>2.218.583</b>	<b>7.278.096</b>
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	5.048.084	2.217.216	7.265.300
Quotas de fundos (PGBL/VGBL) *	4.732.274	2.217.316	6.949.590
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	286.582	-	286.582
Operações compromissadas	29.228	-	29.228
Outros	-	(100)	(100)
<b>Operações compromissadas - classificado como equivalente de caixa</b>	<b>11.429</b>	<b>-</b>	<b>11.429</b>
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos	-	1.367	1.367
<b>Total</b>	<b>5.122.839</b>	<b>2.218.583</b>	<b>7.341.422</b>

\* A carteira dos fundos exclusivos PGBL/VGBL em fase de acumulação, nos quais a Companhia é cotista, é majoritariamente composta por títulos públicos do Tesouro Nacional, que representavam 65,7% do portfólio em 31 de dezembro de 2025 (70,7% em 31 de dezembro de 2024), sendo as Letras Financeiras do Tesouro o principal ativo. As demais alocações incluem títulos de crédito privado e operações compromissadas.

	31/12/2024		
	Nível 1	Nível 2	Total
<b>VJORA</b>	<b>34.123</b>	<b>7.692</b>	<b>41.815</b>
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	34.123	7.692	41.815
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	34.123	-	34.123
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	-	7.692	7.692
<b>VJR</b>	<b>5.126.471</b>	<b>1.561.233</b>	<b>6.687.704</b>
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	5.107.571	1.560.039	6.667.610
Quotas de fundos (PGBL/VGBL) *	4.767.517	1.560.130	6.327.647
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	308.300	-	308.300
Operações compromissadas	31.754	-	31.754
Outros	-	(91)	(91)
<b>Operações compromissadas - classificado como equivalente de caixa</b>	<b>18.900</b>	<b>-</b>	<b>18.900</b>
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos	-	1.194	1.194
<b>Total</b>	<b>5.160.594</b>	<b>1.568.925</b>	<b>6.729.519</b>

\* A carteira dos fundos exclusivos PGBL/VGBL em fase de acumulação, nos quais a Companhia é cotista, é majoritariamente composta por títulos públicos do Tesouro Nacional, que representavam 65,7% do portfólio em 31 de dezembro de 2025 (70,7% em 31 de dezembro de 2024), sendo as Letras Financeiras do Tesouro o principal ativo. As demais alocações incluem títulos de crédito privado e operações compromissadas.

A seguir, apresentamos a abertura dos valores a recuperar por ressegurador.

Tipo de ressegurador	Rating	Valor a recuperar	31/12/2025		31/12/2024	
			Redução ao valor recuperável	Valor a recuperar líquido	Redução ao valor recuperável	Valor a recuperar líquido
Admitido	AA- pela Standard & Poor's	943	(13)	930	(15)	1.841
Eventual	AA- pela Standard & Poor's	132	(8)	124	(4)	100
Local	AA- pela Standard & Poor's	322	(13)	309	(1)	716
Local	A+ pela Standard & Poor's	1.562	(23)	1.539	(15)	792
Local	A- pela A. M. Best Company	5.244	(1.013)	4.231	(1.037)	3.944
<b>Total</b>		<b>8.203</b>	<b>(1.070)</b>	<b>7.133</b>	<b>(1.072)</b>	<b>7.393</b>

## 9. Outros créditos operacionais

Essa rubrica registra os pagamentos das obrigações operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras, no valor de R\$ 35.765 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 39.134 em 31 de dezembro 2024). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante retorno bancário.

## 10. Ativos de resseguro

São as provisões técnicas referentes aos contratos de resseguro feitos pela Companhia para mitigar seus riscos, como a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de prêmios não ganhos	6.295	5.319
Sinistros a liquidar	3.827	3.076
Sinistros ocorridos não avisados	2.410	2.158
Redução ao valor recuperável	(13)	(13)
<b>Total circulante</b>	<b>12.519</b>	<b>10.540</b>
Sinistros a liquidar	3.264	3.950
Sinistros ocorridos não avisados	845	925
Redução ao valor recuperável	(10)	(11)
<b>Total não circulante</b>	<b>4.099</b>	<b>4.864</b>
<b>Total</b>	<b>16.618</b>	<b>15.404</b>

## 11. Créditos tributários e previdenciários

### 11.1. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar, registrados no ativo circulante, são compostos por tributos passíveis de restituição e/ou compensação para pagamentos de curto prazo, como a seguir:

Ativo circulante	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda	106	106
ISS/IOF/IRRF e PIS/COFINS/CSLL a compensar	701	576
Demais impostos	199	199
<b>Total de créditos fiscais</b>	<b>1.006</b>	<b>881</b>

### 11.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o pronunciamento CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro.

Apresentamos, a seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica "Créditos tributários e previdenciários".

## 6. Prêmios a receber

### 6.1. Composição do saldo de prêmios a receber

A composição do saldo de prêmios a receber por ramo está demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Vida em grupo	18.991	17.300
Prestamista	5.778	5.338
Acidentes pessoais	6.674	6.082
Outros	20	36
<b>Total de prêmios a receber bruto</b>	<b>31.463</b>	<b>28.756</b>
Provisão para redução ao valor recuperável	(46)	(57)
<b>Total de prêmios a receber</b>	<b>31.417</b>	<b>28.699</b>

### 6.2. Movimentação de prêmios a receber

A movimentação dos prêmios diretos a receber, líquidos de provisão para redução ao valor recuperável, está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldo Inicial</b>	<b>28.756</b>	<b>27.821</b>
(+) Prêmios emitidos	782.985	802.349
(+) IOF	4.738	5.109
(-) Prêmios cancelados	(8.781)	(7.949)
(-) Recebimentos	(776.235)	(798.574)
<b>Prêmios a receber bruto</b>	<b>31.463</b>	<b>28.756</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>(57)</b>	<b>(435)</b>
(-) Constituição	(537)	(1.254)
(+) Reversão	548	1.632
<b>Provisão para redução ao valor recuperável</b>	<b>(46)</b>	<b>(57)</b>
<b>Prêmios a receber líquidos</b>	<b>31.417</b>	<b>28.699</b>

### 6.3. Idade dos prêmios a receber

Os prêmios a receber por vencimento, líquidos da redução ao valor recuperável, estão distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2025		
	Prêmios a receber bruto	Redução do valor recuperável	Prêmios a receber líquido
<b>A vencer</b>			
De 1 até 30 dias	31.386*	(2)	31.384
<b>Vencidos</b>			
1 até 30 dias	25	(1)	24
31 até 60 dias	1	-	1
Acima de 60 dias	51	(43)	8
<b>Total</b>	<b>31.463</b>	<b>(46)</b>	<b>31.417</b>

\* Em 31 de dezembro de 2025, R\$ 29.380 referem-se aos valores de prêmios a vencer de riscos vigentes não emitidos.

	31/12/2024		
	Prêmios a receber bruto	Redução do valor recuperável	Prêmios a receber líquido
<b>A vencer</b>			
De 1 até 30 dias	28.689*	(10)	28.679
<b>Vencidos</b>			
1 até 30 dias	15	(2)	13
31 até 60 dias	5	(1)	4
Acima de 60 dias	47	(44)	3
<b>Total</b>	<b>28.756</b>	<b>(57)</b>	<b>28.699</b>

\* Em 31 de dezembro de 2024, R\$ 26.496 referem-se aos valores de prêmios a vencer de riscos vigentes não emitidos.

### 7. Crédito das operações - operações com seguradoras

As posições referentes às operações em que a Companhia registra prêmios a receber por cosseguros aceitos das outras companhias de seguros, visando o compartilhamento do risco do segurado, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios de cosseguro aceito	6.813	6.822
Redução ao valor recuperável	-	(5)
<b>Total</b>	<b>6.813</b>	<b>6.817</b>

### 8. Operações com resseguradoras

Essa rubrica registra os recebíveis de operações com as resseguradoras, àquelas cujas despesas já foram pagas pela Companhia, principalmente, os referentes aos sinistros sofridos pelos segurados e seus beneficiários, e a Companhia tem o direito de recebimento da parte do risco que cabe à resseguradora, como demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Sinistros pagos a recuperar	8.192	8.454
Outros créditos a recuperar	11	11
Redução ao valor recuperável	(1.070)	(1.072)
<b>Total</b>	<b>7.133</b>	<b>7.393</b>

Tipo de ressegurador	Rating	Valor a recuperar	31/12/2025		31/12/2024	
			Redução ao valor recuperável	Valor a recuperar líquido	Redução ao valor recuperável	Valor a recuperar líquido
Admitido	AA- pela Standard & Poor's	943	(13)	930	(15)	1.841
Eventual	AA- pela Standard & Poor's	132	(8)	124	(4)	100
Local	AA- pela Standard & Poor's	322	(13)	309	(1)	716
Local	A+ pela Standard & Poor's	1.562	(23)	1.539	(15)	792
Local	A- pela A. M. Best Company	5.244	(1.013)	4.231	(1.037)	3.944
<b>Total</b>		<b>8.203</b>	<b>(1.070)</b>	<b>7.133</b>	<b>(1.072)</b>	<b>7.393</b>

Ativo não circulante	Realização/Reversão		31/12/2025
	01/01/2025	Constituição	
<b>Imposto de renda diferido - diferença temporária</b>	<b>1.971</b>	<b>2.280</b>	<b>(304)</b>
Diferenças temporárias	1.565	2.280	(292)
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	406	-	(12)
<b>Contribuição social diferida - diferença temporária</b>	<b>1.183</b>	<b>1.368</b>	<b>(183)</b>
Diferenças temporárias	939	1.368	(175)
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	244	-	(8)
<b>PIS e COFINS diferidos - diferença temporária</b>	<b>4.581</b>	<b>397</b>	<b>(639)</b>
PIS e COFINS diferidos	4.581	397	(639)
<b>Total de créditos e débitos diferidos</b>	<b>7.735</b>	<b>4.045</b>	<b>(1.126)</b>
<b>Total de créditos e débitos diferidos</b>	<b>7.735</b>	<b>4.045</b>	<b>(1.126)</b>

Ativo não circulante	Realização/Reversão		31/12/2024
	01/01/2024	Constituição	
<b>Imposto de renda diferido - diferença temporária</b>	<b>1.945</b>	<b>3.836</b>	<b>(3.810)</b>
Diferenças temporárias	1.528	997	(960)
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	417	2.839	(2.850)
<b>Contribuição social diferida - diferença temporária</b>	<b>1.169</b>	<b>2.300</b>	<b>(2.286)</b>
Diferenças temporárias	917	597	(575)
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	252	1.703	(1.711)
<b>PIS e COFINS diferidos - diferença temporária</b>	<b>4.522</b>	<b>978</b>	<b>(919)</b>
PIS e COFINS diferidos	4.522	978	(919)
<b>Total de créditos e débitos diferidos</b>	<b>7.636</b>	<b>7.114</b>	<b>(7.015)</b>
<b>Total de créditos e débitos diferidos</b>	<b>7.636</b>	<b>7.114</b>	<b>(7.015)</b>

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, provisões de PIS e COFINS diferidos, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisão para participações nos lucros e resultados (PLR). Os créditos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

Conforme Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, a Companhia realizou estudo aprovado pela Administração indicando que a projeção de resultados aponta para a apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, viabilizando o uso na integralidade dos créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa contabilizados em 31 de dezembro de 2025 e de 31 de dezembro de 2024.

A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e/ou base negativa e diferenças temporárias:

Diferenças temporárias - 2026 a 2035			
2026	418	7,35%	
2027	445	7,83%	
2028	469	8,25%	
2029	501	8,82%	
2030	537	9,44%	
2031 a 2035	3.314	58,30%	
<b>Total geral</b>	<b>5.685</b>	<b>100%</b>	

A seguir, a composição das diferenças temporárias:

Diferenças temporárias	31/12/2025	31/12/2024
<b>Imposto de renda/Contribuição social</b>	<b>3.672</b>	<b>3.536</b>
Outras provisões	8.252	579
Fundo de marketing	(4.339)	(4.581)
PIS COFINS diferido	(6.092)	(5.010)
Atualização depósito judicial	10.942	10.096
COFINS exigibilidade suspensa	1.778	1.641
PIS exigibilidade suspensa	14.21	



# RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

## 18. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos - seguros

As provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos, que tem por natureza a emissão de corretagens, pró-labores e agenciamentos, estão classificados no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização, e são compostos da seguinte forma:

Provisões Técnicas – Seguros	31/12/2025			31/12/2024		
	Pessoas	Sobrevivência	Total	Pessoas	Sobrevivência	Total
<b>Circulante</b>						
Prêmios não ganhos	80.892	–	80.892	66.498	–	66.498
Prêmios não ganhos – RVNE	15.070	–	15.070	13.674	–	13.674
Sinistros a liquidar administrativo	35.720	–	35.720	39.273	–	39.273
Sinistros a liquidar judicial	4.460	–	4.460	3.338	–	3.338
Excedente técnico	79	–	79	79	–	79
Sinistros ocorridos mas não avisados	29.393	–	29.393	29.087	–	29.087
Benefícios a conceder	–	996.419	996.419	–	1.030.572	1.030.572
Benefícios concedidos	–	276	276	–	258	258
Resgates e/ou outros valores a regularizar	32	5.497	5.529	–	10.822	10.822
Provisão para despesas relacionadas (PDR)	888	–	888	870	–	870
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	–	46	46	–	49	49
Provisão de excedente financeiro	–	5	5	–	1	1
<b>Total</b>	<b>166.534</b>	<b>1.002.243</b>	<b>1.168.777</b>	<b>152.819</b>	<b>1.041.702</b>	<b>1.194.521</b>
<b>Não Circulante</b>						
Prêmios não ganhos	165.005	–	165.005	120.507	–	120.507
Sinistros a liquidar administrativo	1.803	–	1.803	2.728	–	2.728
Sinistros a liquidar judicial	10.017	–	10.017	9.407	–	9.407
Sinistros ocorridos mas não avisados	11.920	–	11.920	14.681	–	14.681
Benefícios a conceder	–	5.646.376	5.646.376	–	5.031.622	5.031.622
Benefícios concedidos	–	2.419	2.419	–	2.517	2.517
Provisão para despesas relacionadas (PDR)	854	–	854	441	–	441
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	–	261	261	–	239	239
<b>Total</b>	<b>189.599</b>	<b>5.649.056</b>	<b>5.838.655</b>	<b>147.764</b>	<b>5.034.378</b>	<b>5.182.142</b>
<b>Total Geral</b>	<b>356.133</b>	<b>6.651.299</b>	<b>7.007.432</b>	<b>300.583</b>	<b>6.076.080</b>	<b>6.376.663</b>

A seguir, as movimentações dos custos de aquisição diferidos e das provisões técnicas:

Custo de aquisição diferido	01/01/2024		31/12/2024		31/12/2025	
	Constituições	Amortizações	Constituições	Amortizações	Constituições	Amortizações
Total	50.863	23.168	(4.352)	69.679	252.839	(234.336)
<b>Circulante</b>	25.753	5.711	(1.996)	29.469	167.209	(163.258)
<b>Não Circulante</b>	25.110	17.457	(2.356)	40.210	85.630	(71.078)

Apesar de 2025, as constituições e reversões passaram a ser realizadas com base no movimento para seguros.

Provisões Técnicas – Seguros	Saldo em 01/01/2025		Saldo em 31/12/2025	
	Constituições	Amortizações	Constituições	Amortizações
Prêmios não ganhos	187.005	85.974	187.005	85.974
Prêmios não ganhos - RVNE	13.674	8.535	13.674	8.535
Benefícios a conceder	6.062.194	766.409	6.062.194	766.409
Benefícios concedidos	2.775	81	2.775	81
Sinistro a liquidar	54.746	223.418	54.746	223.418
Sinistros ocorridos mas não avisados	43.768	7.137	43.768	7.137
Resgates e/ou outros valores a regularizar	10.822	115.821	10.822	115.821
Excedente técnico	79	–	79	–
Provisão para despesas relacionadas (PDR)	1.311	1.825	1.311	1.825
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	288	3.032	288	3.032
Provisão de excedente financeiro	1	102	1	102
<b>Total</b>	<b>6.376.663</b>	<b>1.212.334</b>	<b>6.376.663</b>	<b>1.212.334</b>

Provisões Técnicas – Seguros	Saldo em 01/01/2024		Saldo em 31/12/2024	
	Constituições	Amortizações	Constituições	Amortizações
Prêmios não ganhos	115.497	102.356	115.497	102.356
Prêmios não ganhos - RVNE	13.297	4.744	13.297	4.744
Benefícios a conceder	5.250.054	1.253.584	5.250.054	1.253.584
Benefícios concedidos	1.991	915	1.991	915
Sinistro a liquidar	48.915	232.804	48.915	232.804
Sinistros ocorridos mas não avisados	48.298	214.619	48.298	214.619
Resgates e/ou outros valores a regularizar	4.935	77.656	4.935	77.656
Excedente técnico	79	–	79	–
Provisão para despesas relacionadas (PDR)	2.513	5.939	2.513	5.939
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	–	3.007	–	3.007
Provisão de excedente financeiro	–	60	–	60
<b>Total</b>	<b>5.485.579</b>	<b>1.895.684</b>	<b>5.485.579</b>	<b>1.895.684</b>

## 18.1. Análise de sensibilidade – seguros

Os índices de sinistralidade observados nas linhas de negócio impactam diretamente o resultado apresentado. As premissas consideradas no teste foram apuradas com base na experiência observada e o stress de 5% na sinistralidade mostrou-se adequado e suficiente para a cobertura das oscilações.

Abaixo, o resultado do teste de sensibilidade dos cenários simulados:

Variável	Premissas	Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido	
		31/12/2025	31/12/2024
Sinistralidade	Aumento de 5% de sinistralidade	(3.473)	(7.353)
Sinistralidade	Redução de 5% na sinistralidade	3.473	7.353

## 19. Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos – previdência complementar

As provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos, que tem por natureza a emissão de corretagens e pró-labores, estão classificadas no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidades e realização e são compostos da seguinte forma:

Provisões Técnicas	31/12/2025			31/12/2024		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Prêmios não ganhos	139	–	139	140	–	140
Benefícios a conceder	46.020	260.776	306.796	45.126	220.325	265.451
Benefícios concedidos	1.550	10.462	12.012	1.246	8.634	9.880
Sinistros a liquidar administrativo	527	–	527	581	–	581
Sinistros a liquidar judicial	–	–	–	–	–	–
Eventos ocorridos, mas não avisados	915	–	915	882	–	882
Provisão para despesas relacionadas (PDR)	–	–	–	1	–	1
Resgates e/ou outros valores a regularizar	383	–	383	678	–	678
Provisão de excedente financeiro	7	–	7	1	–	1
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	7	16	23	19	15	34
<b>Total</b>	<b>49.548</b>	<b>271.254</b>	<b>320.802</b>	<b>48.674</b>	<b>228.974</b>	<b>277.648</b>

A seguir, as movimentações dos custos de aquisição diferidos e das provisões técnicas:

Custo de aquisição diferido	01/01/2024		31/12/2024		31/12/2025	
	Constituições	Amortizações	Constituições	Amortizações	Constituições	Amortizações
Total	61	121	(93)	89	852	(875)
<b>Circulante</b>	28	114	(84)	58	499	(522)
<b>Não Circulante</b>	33	7	(9)	31	353	(353)

Apesar de 2025, as constituições e reversões passaram a ser realizadas com base no movimento para risco de previdência.

Provisões Técnicas	Saldo em 01/01/2025		Saldo em 31/12/2025	
	Constituições	Reversões	Constituições	Reversões
Prêmios não ganhos	140	135	140	135
Benefícios a conceder	265.451	50.752	265.451	50.752
Benefícios concedidos	9.880	3.179	9.880	3.179
Sinistro a liquidar	581	3.063	581	3.063
Sinistros ocorridos, mas não avisados	882	80	882	80
Resgates e/ou outros valores a regularizar	678	4.483	678	4.483
Provisão para despesas relacionadas (PDR)	1	1	1	1
Provisão de excedente financeiro	1	124	1	124
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	–	221	–	221
<b>Total</b>	<b>277.648</b>	<b>62.038</b>	<b>277.648</b>	<b>62.038</b>

Provisões Técnicas	Saldo em 01/01/2024		Saldo em 31/12/2024	
	Constituições	Reversões	Constituições	Reversões
Prêmios não ganhos	127	144	127	144
Benefícios a conceder	236.535	48.942	236.535	48.942
Benefícios concedidos	9.346	1.100	9.346	1.100
Sinistro a liquidar	937	600	937	600
Sinistros ocorridos, mas não avisados	1.892	261	1.892	261
Resgates e/ou outros valores a regularizar	187	5.447	187	5.447
Provisão para despesas relacionadas (PDR)	77	42	77	42
Provisão de excedente financeiro	2	75	2	75
Provisão para despesas relacionadas (PDC)	–	704	–	704
<b>Total</b>	<b>249.103</b>	<b>57.315</b>	<b>249.103</b>	<b>57.315</b>

## 19.1. Análise de sensibilidade – previdência

As premissas consideradas nas análises foram apuradas com base na experiência observada. Na Conversão em renda, o incremento de 5% representa mais do que o dobro da média histórica de conversão em renda. Na longevidade, a premissa de 10%, aplicada sobre uma tábua realista, já representa um cenário de stress. Com base em dados históricos, um stress de 2% na Taxa de Juros é considerado uma oscilação representativa frente médias do mercado.

Em 31 de dezembro de 2025, os choques realizados na Taxa ETTJ, na longevidade e na conversão em renda não geraram necessidade de constituição de provisão complementar de cobertura (PCC). Por esse motivo, não houve impacto no resultado.

Variável	Premissas	Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido			
		31/12/2025		31/12/2024	
Taxa de Juros*	Redução de 2% aa na Taxa de Desconto (ETTJ)	–	–	96	96

\*O impacto de taxa de juros afetará somente o Patrimônio Líquido, conforme especificado no item 3.16.2 Efeito das taxas de juros no TAP.

## 20. Desenvolvimento de sinistros

O desenvolvimento de sinistros administrativos e judiciais brutos de resseguro está demonstrado a seguir:

Ano de aviso do sinistro	2015 a 2025										Total	
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024		2025
No ano do aviso	8.482	65.143	72.418	76.055	89.873	95.223	159.279	131.848	117.088	159.294	162.758	1.137.461
1 ano após o aviso	7.399	52.810	59.397	75.573	94.326	101.755	179.641	140.878	126.413	160.628	–	998.820
2 anos após o aviso	6.624	47.856	56.728	73.885	100.801	101.577	181.536	141.296	127.351	–	–	837.654
3 anos após o aviso	6.515	46.930	56.278	75.148	99.189	102.329	181.723	141.684	–	–	–	709.796
4 anos após o aviso	6.440	46.922	56.945	75.084	97.038	101.887	181.750	–	–	–	–	566.066
5 anos após o aviso	6.434	47.530	56.840	74.963	97.259	102.148	–	–	–	–	–	385.174
6 anos após o aviso	6.431	47.674	56.537	74.716	98.360	–	–	–	–	–	–	283.718
7 anos após o aviso	6.432	47.384	56.411	75.108	–	–	–	–	–	–	–	185.335
8 anos após o aviso	6.426	48.442	56.968	–	–	–	–	–	–	–	–	111.836
9 anos após o aviso	6.419	48.057	–	–	–	–	–	–	–	–	–	54.476
10 anos após o aviso	6.419	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	6.419

Estimativa na data base

(2025) (a)	6.419	48.057	56.968	75.108	98.360	102.148	181.750	141.684	127.351	160.628	162.758	1.161.231
Pagamentos efetuados (b)	6.419	47.691	56.499	73.620	94.357	99.949	179.406	139.115	124.068	155.592	131.988	1.108.704
Sinistros pendentes (c) = (a) - (b)	–	366	469	1.488	4.003	2.199	2.344	2.569	3.283	5.036	30.770	52.527
<b>Sinistros a Liquidar Total</b>												<b>52.527</b>

O desenvolvimento de sinistros administrativos e judiciais líquidos de resseguro está demonstrado a seguir:

Ano de aviso do sinistro	2015 a 2025										Total
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	
No ano do aviso	8.480	64.989	71.622	74.678</							





# RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

continuação

De acordo com a determinação da SUSEP, em 01 de janeiro de 2025 a Companhia reclassificou os saldos da rubrica "Outras contas a pagar - obrigações fiscais" relacionado as discussões judiciais do PIS e COFINS para rubrica de "Outros débitos - Provisões judiciais". Para fins de comparabilidade e melhor divulgação nas Demonstrações, reclassificamos os saldos de 31 de dezembro de 2024 para a rubrica de Provisões judiciais.

Demonstramos abaixo a movimentação das obrigações fiscais:

	Saldo em 01/01/2025	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
COFINS	10.096	846	10.942
PIS	1.641	137	1.778
<b>Total - obrigações fiscais</b>	<b>11.737</b>	<b>983</b>	<b>12.720</b>

	Saldo em 01/01/2024	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
COFINS	9.433	663	10.096
PIS	1.532	109	1.641
<b>Total - obrigações fiscais</b>	<b>10.965</b>	<b>772</b>	<b>11.737</b>

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

Tese	PIS		COFINS		Total	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	1.998	1.778	12.299	10.942	14.297	12.720
<b>Total 31/12/2025</b>	<b>1.998</b>	<b>1.778</b>	<b>12.299</b>	<b>10.942</b>	<b>14.297</b>	<b>12.720</b>

Tese	PIS		COFINS		Total	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	1.847	1.641	11.638	10.096	13.215	11.737
<b>Total 31/12/2024</b>	<b>1.847</b>	<b>1.641</b>	<b>11.638</b>	<b>10.096</b>	<b>13.215</b>	<b>11.737</b>

(a) Temos as seguintes discussões de PIS/COFINS:

- Lei nº 9.718/98 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas seguradoras (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras em geral e sobre receitas financeiras vinculadas aos ativos livre e garantidores) - Discussões vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres);
- Lei nº 12.973/14 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas seguradoras (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras vinculadas aos ativos garantidores) - Discussões vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres); e
- Lei nº 12.973/14 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas seguradoras (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras vinculadas aos ativos livres) - Discussões vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres).

## 22.4. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

Em 31 de dezembro de 2025, os "Depósitos judiciais e fiscais" estão classificados no ativo não circulante, como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis	400	221
Fiscais	14.297	13.215
<b>Total depósitos judiciais</b>	<b>14.697</b>	<b>13.436</b>

Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	13.215	12.409
Atualização monetária	1.082	851
Baixa	-	(45)
<b>Saldo final</b>	<b>14.297</b>	<b>13.215</b>

## 23. Patrimônio líquido

### 23.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 o capital subscrito e integralizado é de R\$ 72.188, representado por 2.091 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

### 23.2. Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2025, as reservas de lucros de R\$ 48.917 (R\$ 96.082 em 31 de dezembro de 2024) são compostas por:

(i) Reserva legal de R\$ 14.438 em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 que é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o seu valor atinja 20% do capital social ou 30% das reservas de lucros mais as reservas de capital, conforme legislação em vigor; e

(ii) A Reserva estatutária, no valor de R\$ 34.479 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 81.644 em 31 de dezembro de 2024), é constituída pelo valor apurado pelo lucro líquido de cada exercício social, após as destinações para reserva legal, dividendos e juros sobre o capital próprio, observando o limite legal de teto do valor do capital social, conforme legislação em vigor, e tem como objetivo a expansão de negócios, como a aquisição de blocos de vendas, carteiras de produtos, empresas, investimento em tecnologia e outras ações amplamente divulgadas pela Companhia nos últimos anos.

### 23.3. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria custo amortizado, relativos aos títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de "Créditos tributários". O saldo em 31 de dezembro de 2025 era de uma perda de R\$ 945 (perda de R\$ 975 em 31 de dezembro de 2024).

### 23.4. Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 50%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma da legislação em vigor.

Em 28 de março de 2025, foi deliberado na Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 81.644 provenientes da reserva estatutária e da mesma forma, em 25 de agosto de 2025 e 23 de dezembro de 2025, foi deliberada a distribuição de dividendos intermediários de R\$ 53.787 e R\$ 27.706, respectivamente, provenientes do resultado do exercício.

	2025	2024
<b>Lucro líquido do ano</b>	<b>115.972</b>	<b>112.975</b>
Dividendos pagos e propostos no exercício	163.137	115.001
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado no exercício	140,67%	101,79%
Destinação à reserva de lucros	34.479	81.644
<b>Dividendos distribuídos que contaram para o mínimo</b>	<b>163.137</b>	<b>115.001</b>
Reserva de lucros	81.644	83.670
Resultado do ano	81.493	31.331

### 23.5. Patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações posteriores, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1, e  
b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e  
c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>120.160</b>	<b>167.295</b>
Ajustes contábeis	(5.660)	(6.795)
Despesas antecipadas	(2)	-
Ativos intangíveis	(219)	(150)
Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	(5.439)	(6.645)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	76.270	62.722
Superávit de fluxos de prêmios/cont. não registradas	877	1.650
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	75.393	61.072
<b>Subtotal PLA - nível</b>	<b>190.769</b>	<b>223.223</b>
PLA Nível 1	103.845	152.765
PLA Nível 2	76.270	62.722
PLA Nível 3	10.654	7.735
<b>Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3 (e)</b>	<b>(22.914)</b>	<b>(9.059)</b>
<b>PLA (Total) = PL + Ajust. cont.+ Ajust. Econ. + Ajust. Do Exc. De Nível 2 e 3 (d = a+b+c)</b>	<b>167.855</b>	<b>214.164</b>
<b>Capital Base (CB) (a)</b>	<b>15.000</b>	<b>15.000</b>
Capital de risco de crédito	6.306	6.370
Capital de risco de subscrição	117.603	112.097
Capital de risco - mercado	4.652	7.199
Capital de risco - redução por correlação	(6.407)	(8.198)
Capital de risco - operacional	5.866	5.329
<b>Capital de risco (CR) (b)</b>	<b>128.020</b>	<b>122.797</b>
<b>Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)</b>	<b>128.020</b>	<b>122.797</b>
Patrimônio líquido ajustado	167.855	214.164
(-) Exigência de capital - EC	(128.020)	(122.797)
<b>Suficiência de capital - R\$</b>	<b>39.835</b>	<b>91.367</b>
<b>Suficiência de capital (% da EC)</b>	<b>131%</b>	<b>174%</b>

## 24. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, referem-se às transações da Companhia com sua controladora e empresas ligadas.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Despesas		Receitas	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Icatu Seguros S.A.								
(Controladora indireta) (a)	8.717	8.834	(2.973)	(4.237)	(44.162)	(46.202)	97.927	102.276
Icatu Capitalização S.A (ligada) (c)	432	191	-	-	(831)	(949)	-	-
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (ligada) (f)	-	-	(1)	(1)	(9)	(15)	-	-
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A. (Controladora indireta) (b)	-	-	(10.092)	(9.883)	(125.245)	(117.056)	-	-
Rio Grande Capitalização S.A (ligada) (c)	9.532	6.652	-	-	(15.855)	(15.701)	-	-
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Controladora) (e) (f)	3.107	6.406	-	-	(8.544)	(6.271)	-	-
<b>Total</b>	<b>21.788</b>	<b>22.083</b>	<b>(13.066)</b>	<b>(14.121)</b>	<b>(194.646)</b>	<b>(186.194)</b>	<b>97.927</b>	<b>102.276</b>

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

(a) Valores referentes acordo operacional de cosseguero, firmado com a Icatu Seguros. Os valores do contas a receber e a pagar são liquidados nos meses subsequentes;

(b) Valores referentes acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Assessoria S.A. (incorporada em 31 de dezembro de 2024 pela Icatu Serviços de Administração Previdenciária S.A.). Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes;

(c) Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes;

(d) A Companhia adquire títulos de capitalização emitidos pela Icatu Capitalização. Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado da Companhia uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia. Os efeitos dessa operação estão registrados na demonstração do resultado na rubrica "Outras Receitas e Despesas Operacionais";

(e) Valor referente a taxa de administração de fundos de previdência.

(f) Saldos em conta corrente.

(g) Refere-se a despesas com tarifas bancárias e tarifas de arrecadação.

## 25. Principais ramos de atuação - seguros

Os principais ramos de seguros estão assim compostos:

Ramo	31/12/2025		31/12/2024			
	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade	Índice de comissionamento
Vida em grupo	311.872	17,6%	35,34%	292.480	16,2%	34,89%
Prestamistas	294.180	28,8%	30,70%	289.958	25,7%	31,65%
Acidentes pessoais	104.482	8,7%	34,65%	92.167	6,4%	35,01%
Habitacional	27.531	39,1%	16,93%	27.197	75,9%	15,29%
Outros	19.118	16,7%	21,06%	19.056	8,5%	21,40%
<b>Total</b>	<b>757.183</b>	<b>20,83%</b>	<b>32,51%</b>	<b>720.858</b>	<b>20,83%</b>	<b>32,51%</b>

## 26. Detalhamento de contas da demonstração de resultado

### 26.1. Prêmios ganhos - seguros

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios emitidos direto	710.945	684.878
Prêmios cosseguero aceito a congêneres	97.927	102.276
Prêmios riscos vigentes não emitidos	2.884	116
Receitas de contribuições planos repartição simples	536	514
Receitas de contribuições planos de renda	5.172	4.959
Variação das provisões técnicas	(60.281)	(71.885)
<b>Total</b>	<b>757.183</b>	<b>720.858</b>

### 26.2. Sinistros ocorridos - seguros

	31/12/2025	31/12/2024
Indenizações avisadas	(163.076)	(156.211)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	2.606	5.283
Despesas com sinistros	(918)	146
Outras despesas com sinistros	(1.279)	656
<b>Total</b>	<b>(162.667)</b>	<b>(150.126)</b>

### 26.3. Custo de aquisição - seguros

	31/12/2025	31/12/2024
Comissões sobre prêmio emitido	(262.931)	(251.802)
Variação despesa de comercialização diferida	18.570	18.863
Outras despesas de comercialização	(1.051)	(1.388)
<b>Total</b>	<b>(245.412)</b>	<b>(234.327)</b>

### 26.4. Outras despesas operacionais - seguros

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com cobrança de tarifas de prêmios	(10.417)	(8.241)
Provisão para contingências cíveis	(523)	(822)
Reversão de provisão para riscos de créditos	15	379
Despesas com títulos de capitalização	(16.686)	(16.650)
Outras receitas e despesas operacionais	(2.727)	(3.890)
<b>Total</b>	<b>(30.338)</b>	<b>(29.224)</b>

### 26.5. Resultado com operações de resseguro - seguros e previdência

	31/12/2025	31/12/2024
Recuperação de indenização - seguros	12.687	19.898
Recuperação de indenização de benefícios - previdência	1.027	(256)
Prêmio cedido em resseguro - seguros	(17.204)	(14.201)
Prêmio cedido em resseguro - previdência	(614)	(465)
Variação dos sinistros ocorridos - seguros	167	(201)
Variação das provisões técnicas - seguros	925	(530)
Receita com participação em lucros	-	16
Variação das provisões técnicas - previdência	52	14
Outros resultados com operações de resseguro	233	312
<b>Total</b>	<b>(2.727)</b>	<b>4.587</b>

### 26.6. Receita de contribuições e prêmios de VGBL - previdência

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios emitidos (*)	537.587	963.616
Receitas de contribuições planos	26.776	25.332
Restituições	(46)	(527)
<b>Rendas de contribuições e prêmios de VGBL (*)</b>	<b>564.317</b>	<b>988.421</b>
PMBAC - planos de renda (*)	(564.145)	(988.230)
Constituição da provisão de benefícios a conceder (*)	(564.145)	(988.230)
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>191</b>

(\*) Redução nas rendas de contribuições e prêmios de VGBL e na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder em virtude da menor captação líquida (entrada - saídas) no exercício de 2025.

### 26.7. Variação das outras provisões técnicas - previdência

	31/12/2025	31/12/2024
PPNG - planos repartição simples	-	(3)
PPNG - planos de renda	-	(10)
PVR - planos de renda	(197)	(19)
Despesas com benefícios e resgates (*)	(2.642)	(244)
Outras provisões	(61)	(469)
<b>Total</b>	<b>(2.900)</b>	<b>(745)</b>

(\*) Crescimento relevante devido às conversões em renda.

### 26.8. Despesas administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal próprio	(1.073)	(1.032)
Serviços de terceiros (*)	(139.961)	(132.597)
Localização e funcionamento	(68	



# RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90  
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

## 26.9. Despesas com tributos

	31/12/2025	31/12/2024
Impostos	(1.025)	(1.130)
COFINS	(27.136)	(25.827)
PIS	(4.411)	(4.199)
Taxa de fiscalização	(3.427)	(3.316)
Outras despesas com tributos	(43)	(45)
<b>Total</b>	<b>(36.042)</b>	<b>(34.517)</b>

## 26.10. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
VJR	977.766	587.166
Quotas de fundos de investimento - exclusivos (*)	977.766	587.166
<b>Outras receitas financeiras</b>	<b>1.193</b>	<b>1.027</b>
VJORA	4.883	6.271
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	4.883	6.271
<b>Total - receitas financeiras</b>	<b>983.842</b>	<b>594.464</b>
VJR	(60.611)	(665)
Quotas de fundos de investimento - exclusivos (*)	(60.611)	(665)
<b>Atualização monetária sobre provisões técnicas - previdência</b>	<b>(36.772)</b>	<b>(23.664)</b>
<b>Atualização monetária sobre provisões técnicas - seguros</b>	<b>(834.195)</b>	<b>(533.251)</b>
<b>Outras despesas financeiras</b>	<b>(2.007)</b>	<b>(1.460)</b>
<b>Total - despesas financeiras</b>	<b>(933.585)</b>	<b>(559.040)</b>
<b>Total</b>	<b>50.257</b>	<b>35.424</b>

(\*) A variação nas linhas de receita e despesas deve-se ao maior rendimento nos fundos PGBL/VGBL, principalmente por conta da taxa SELIC maior de 2024 para 2025.

### Conselho de administração

**Presidente:** Luciano Soares  
**Demais Conselheiros:** Ademar Schardong; Artur José de Lemos Júnior; Edson Georges Nassar; Fernando Guerreiro de Lemos; Paula Schild Mascarenhas.

### Diretoria

**Diretor-Presidente:** César Luiz Salazar Saut  
**Diretores:** Marcio de Moraes Palmeira; Luiz Gonzaga Veras Mota  
**Contador:** Ivandro de Almeida Oliveira - CRC-RJ nº 076168/O-7  
**Atuária:** Lígia Guedes de Abreu - MIBA nº 1394

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

### Aos Administradores e Acionistas

#### Rio Grande Seguros e Previdência S.A.

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p><b>Mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência complementar (Notas 3.14, 3.15, 18 e 19)</b></p> <p>A Seguradora apresenta passivos decorrentes de operações de contratos de seguros e previdência, registrados nas rubricas "Provisões Técnicas - Seguros" e "Provisões Técnicas - Previdência Complementar", em que destacamos Provisão de Prêmios Não Ganhos - Risco Vigente Não Emitidos (PPNG-RVNE), a Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR), Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBaC), a Provisão de Benefícios Concedidos (PMBC). Adicionalmente, a Administração realiza o Teste de Adequação do Passivo (TAP) com o objetivo de capturar possíveis insuficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguros e previdência, e caso a análise demonstre insuficiência, o valor correspondente é registrado na Provisão Complementar de Cobertura (PCC).</p> <p>O processo de determinação e mensuração das provisões técnicas requer julgamentos e envolvimento de atuários na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, expectativa de sinistros, tábuas biométricas, taxas de juros e as características dos tipos de benefícios.</p> <p>Considerando a relevância dos valores e as incertezas e julgamentos envolvidos para a mensuração das provisões técnicas, consideramos essa uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relevantes referentes a reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais, avaliação das notas técnicas atuariais que detalham as premissas e metodologias utilizadas na mensuração das provisões técnicas da Seguradora.</p> <p>Para a PMBaC testamos a totalidade e integridade da base de dados e confrontamos com os saldos contábeis; testamos, em base amostral, a movimentação dos valores dessas provisões para os produtos de modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) e Vida Gerador de Benefícios Livres (VGBL); e a atualização das reservas de acordo com a valorização dos fundos de investimentos atrelados. Com o apoio de nossos especialistas atuariais, avaliamos as metodologias adotadas nos cálculos das provisões técnicas, incluindo: (i) a conferência dos cálculos das provisões efetuados pela administração; (ii) a avaliação das metodologias de cálculo e das principais premissas consideradas; (iii) a avaliação da razoabilidade das movimentações das provisões técnicas durante o exercício; (iv) recálculo atuarial independente para as provisões de PPNG-RVNE e IBNR; e (v) recálculo atuarial independente dos planos mais representativos que compõem o saldo da PMBaC e PMBC. Também verificamos se as principais premissas atuariais consideradas pela administração na mensuração dos cálculos das provisões técnicas refletem o histórico da Seguradora. Por fim, avaliamos a razoabilidade do modelo e das principais premissas adotadas no Teste de Adequação do Passivo (TAP).</p> <p>Quanto às bases de dados utilizadas na mensuração das provisões técnicas, efetuamos teste, em base amostral, da acurácia das informações dos campos críticos utilizados na mensuração dessas provisões técnicas.</p> <p>Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na mensuração dessas provisões técnicas são consistentes com as informações obtidas no curso de nossa auditoria.</p>

#### Outros Assuntos

##### Auditoria dos valores correspondentes

Os exames das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 24 de fevereiro de 2025, sem ressalvas.

##### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## 27. Conciliação dos impostos de renda e da contribuição social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados no resultado, como segue:

	31/12/2025		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>190.476</b>	<b>190.476</b>	<b>185.796</b>	<b>185.796</b>
<b>Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes</b>	<b>(47.619)</b>	<b>(28.571)</b>	<b>(46.449)</b>	<b>(27.869)</b>
<b>Alíquotas oficiais</b>	<b>15%+10%</b>	<b>15%</b>	<b>15%+10%</b>	<b>15%</b>
<b>Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:</b>	<b>10.576</b>	<b>10.576</b>	<b>2.519</b>	<b>2.519</b>
<b>Adição permanente - Doações/Patrocínios/Brindes</b>	<b>2.728</b>	<b>2.728</b>	<b>2.471</b>	<b>2.471</b>
Outras provisões	7.609	7.609	(358)	(358)
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	96	96	495	495
PIS e COFINS diferido	242	242	(59)	(59)
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	983	983	771	771
Tributos e contribuições em questionamento judicial	(1.082)	(1.082)	(801)	(801)
<b>Resultado ajustado</b>	<b>201.052</b>	<b>201.052</b>	<b>188.315</b>	<b>188.315</b>
Despesas com IRPJ/CSLL	(50.239)	(30.158)	(47.075)	(28.247)
Incentivos fiscais	2.712	-	2.442	-
Reversão da provisão de créditos tributários	1.988	1.193	37	22
<b>Despesas com IRPJ/CSLL</b>	<b>(45.539)</b>	<b>(28.965)</b>	<b>(44.596)</b>	<b>(28.225)</b>
<b>Alíquota efetiva - resultado antes dos impostos</b>	<b>24%</b>	<b>15%</b>	<b>24%</b>	<b>15%</b>

## 28. Comitê de auditoria

Em atendimento à legislação em vigor, a Companhia aderiu ao comitê de auditoria único instituído pelo grupo econômico o qual a Companhia faz parte, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros S.A. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 31 de dezembro de 2025 da Icatu Seguros S.A.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados, e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2026

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/F-5  
Marcelo Luis Teixeira Santos  
Contador CRC 1PR050377/O-6





**Parecer dos atuários independentes**

Aos Administradores e Acionistas da **Rio Grande Seguros e Previdência S.A.** Porto Alegre - RS. **Escopo da Auditoria Atuarial.** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2025, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração.** A Administração da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica

do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião.** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Outros assuntos.** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. São Paulo, 24 de fevereiro de 2026.

Joel Garcia  
Atuário MIBA 1131  
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.  
CIBA 48  
CNPJ: 02.668.801/0001-55  
R. Verbo Divino, nº 1400  
04719-002  
São Paulo - SP - Brasil


**Anexo I**  
**Rio Grande Seguros e Previdência S.A.**  
(Em milhares de Reais)

	31/12/2025
<b>1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro</b>	
<b>Total de provisões técnicas auditadas</b>	<b>7.328.234</b>
<b>Total de ativos de resseguro</b>	<b>16.618</b>
<b>Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros</b>	<b>7.133</b>
<b>2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>Provisões Técnicas auditadas (a)</b>	<b>7.328.234</b>
Valores redutores auditados (b)	97.594
<b>Total a ser coberto (a-b)</b>	<b>7.230.640</b>
<b>3. Demonstrativo do Capital Mínimo</b>	<b>31/12/2025</b>
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	128.020
<b>Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)</b>	<b>128.020</b>
<b>4. Demonstrativo da Solvência</b>	<b>31/12/2025</b>
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	167.855
Ajustes Econômicos do PLA	76.270
Exigência de Capital (CMR) (b)	128.020
<b>Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)</b>	<b>39.835</b>
Ativos Garantidores (d)	7.341.422
Total a ser Coberto (e)	7.230.618
<b>Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)</b>	<b>110.782</b>
<b>5. Demonstrativo dos limites de retenção (Grupos SUSEP)</b>	<b>31/12/2025</b>
0990	400
0929, 0977, 0982, 0984, 0993, 1061, 1065, 1198, 1381, 1391	2.000
Coberturas de morte e invalidez de previdência	1.200

Jornal do Comércio

**O CONTEÚDO  
QUE FAZ  
A DIFERENÇA  
NO SEU  
DIA A DIA.**

Escaneie o  
**QRCode** e  
acesse o  
canal  
do JC

